



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

O Conflito entre MPLA e UNITA/FNLA como Materialização do Confronto URSS/EUA: no contexto da Guerra Fria

Tiago Emanuel da Cunha Carvalho M(6317)

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre
Relações Internacionais
2º Ciclo de Estudos

Orientador: Prof. Liliana Domingues Reis

Covilhã, 24 de Abril de 2015

Agradecimentos

A conclusão deste trabalho representa o finalizar de um desafio, que pouco a pouco foi ultrapassado, representando uma conquista pessoal alcançada com muita dedicação e trabalho, neste último ano. Foram várias as pessoas que ao longo deste ano, directa ou indirectamente, acabaram por ajudar, na materialização deste trabalho às quais sinto a necessidade de deixar uma palavra de gratidão e apreço.

Começo assim, por agradecer à minha orientadora, Professora Liliana Domingues Reis, pelos conselhos sábios que me transmitiu, através de conselhos e sugestões a seguir e pela sua total disponibilidade, confiança e atenção que demonstrou durante a realização deste trabalho.

Ao António Gomes Belo, que foi a pessoa que me cativou e incentivou a escolher este curso e que ao longo do mesmo, sempre demonstrou disposição para me ajudar, fornecendo bibliografia e trabalhos por si realizados.

À minha família, sobretudo ao meu Pai, à minha Mãe e ao meu Irmão, ao meu sobrinho Francisco e ao meu primo Bruno Almeida, pela atenção e o apoio que sempre demonstraram desde o primeiro dia deste curso.

Por fim, agradeço aos meus amigos Hugo Alves, João Matos, Rui Cravo, Luís Santos, André Santos, Rui Miguel, Cláudia Diana, Daniela Anjos e Ana Dias pelos momentos únicos com eles passados e pela forte motivação que sempre me transmitiram.

Resumo

O período da Guerra Fria marcou um novo panorama político internacional, alicerçado num modelo bipolar do Sistema Internacional, caracterizado pela rivalidade existente entre as duas superpotências, EUA e URSS, que acabaram por se envolver num conflito assente em meios não tradicionais, obrigando a uma reconsideração da própria doutrina das Relações Internacionais.

Fortemente marcada pelo domínio do Realismo, como corrente epistemológica mais estabelecida na explicação da ordem internacional, esta Guerra, na impossibilidade de um confronto direto entre as potências beligerantes, socorreu-se a *Proxy Wars*.

Aproveitando o surgimento do sentimento nacionalista e da condenação internacional ao colonialismo, a Guerra Civil angolana, acabou por ser uma *Proxy War*, onde cada uma das potências, apoiou um dos movimentos nacionalistas, com o objetivo de aumentar a sua área de influência e espalhar a sua ideologia, resultando num conflito que iria durar mais de duas décadas.

Com base nesta realidade, este trabalho de investigação é essencialmente demonstrativo, começa por caracterizar as características do Sistema Internacional durante esta Guerra, passando posteriormente a uma caracterização histórica e política interna de Angola, acabando com uma narração da Guerra Civil angolana e o apoio efetivo que as potências hegemónicas forneceram à Guerra Civil angolana, identificando-se esta como *Proxy War*.

Palavras-Chave: Guerra Fria, Realismo, *Proxy Wars*, Guerra Civil Angolana.

Abstract

The Cold War was not a mere period of international history; it constitute a paradigm of international order, grounded in the bipolar division of the international system, characterized by the rivalry between two superpowers, the US and the Soviet Union. These would eventually be involved in a non-conventional war which in turn has led many to reconsider International Relations theory as whole.

Highly dominated by the realist explanatory model, which took hold of the field for a long time, this war would come to be seen as a case of a so-called '*Proxy War*', a new concept which challenged the traditional understanding of war that since long dominated IR.

In the midst of a growing and generalized nationalist wave, which entwined with the international consensus against colonialism, Angola's civil war, can today be read as a '*Proxy War*', a war in which each superpower was called in to support one side against the other with aim of increasing its sphere of influence and spread its ideology. This might explain why Angola's civil war did not stop after the country gained independence, lasting over two decades.

This research begins by characterizing the international system during this war, and then goes on to offer a historical and political picture of Angola, ending up with a narrative of Angola's civil war and the effective support that hegemonic powers have invested in that war, turning it into a paradigmatic case of a *Proxy War*.

Key words: cold war, realism, *Proxy Wars*, civil war

Índice

| | |
|--|-----|
| Agradecimentos | iii |
| Resumo | v |
| Abstract | vii |
| Introdução | 4 |
| Capítulo I - Enquadramento Teórico e Conceptual | 7 |
| 1.1 Relações Internacionais e a Guerra Fria | 7 |
| 1.2 Realismo como ideologia dominante na Guerra Fria | 10 |
| 1.3 Realismo Clássico | 11 |
| 1.4 O Neorrealismo de Kenneth Waltz | 18 |
| 1.5 Guerras Substitutas ou " <i>Proxy Wars</i> " | 22 |
| Capítulo II - Enquadramento Histórico | 24 |
| 2.1 História de Angola | 24 |
| 2.2 O Surgimento do Sentido Nacionalista em Angola | 25 |
| 2.2.1 A Importância do Pan-Africanismo | 25 |
| 2.2.2 A Influência da ONU (âmbito geral) | 29 |
| 2.2.3 A Influência da ONU (no processo de descolonização portuguesa). | 30 |
| 2.2.4 A Influência da Organização de Unidade Africana (OUA) | 32 |
| 2.3 História dos Movimentos independentistas em Angola | 32 |
| 2.3.1 O MPLA | 33 |
| 2.3.2 UPA/FNLA | 34 |
| 2.3.3 A UNITA | 35 |
| 2.4. A Conquista da Independência e o Início da Guerra Civil | 36 |
| 2.4.1 O Período entre 1961 e 1974 | 36 |
| 2.4.2 O 25 de Abril e o Processo de Descolonização de Angola | 37 |
| 2.4.5 A Cimeira de Mombaça | 38 |
| 2.4.6 O Acordo de Alvor | 38 |
| 2.4.7 A Cimeira de Nakaru | 39 |
| 2.4.8 A Declaração de Independência por parte do MPLA | 40 |
| Capítulo III - Efetivação do apoio dos EUA e URSS na Guerra Civil Angolana . | 41 |
| 3.1 A Guerra Fria e as Consequências para África | 41 |
| 3.2 <i>Proxy Wars</i> em África | 42 |
| 3.2.1 A Política dos Estados Unidos nas <i>Proxy Wars</i> | 43 |
| 3.2.1 A Política da União Soviética nas <i>Proxy Wars</i> | 44 |

| | |
|---|----|
| 3.3 A <i>Proxy War</i> Angolana | 45 |
| 3.4 A Intervenção Americana no Conflito Angolano..... | 47 |
| 3.4.1 O apoio do Zaire | 49 |
| 3.4.2 O apoio da África do Sul..... | 50 |
| 3.5 A Intervenção Soviética no Conflito Angolano..... | 51 |
| 3.5.1 O apoio de Cuba | 52 |
| 3.6 A Proclamação da Independência e suas Consequências | 53 |
| 3.8 O Fim da <i>Proxy</i> Angolana..... | 56 |
| 3.9 O Acordo entre os MPLA e UNITA..... | 57 |
| Conclusão | 61 |
| Bibliografia..... | 63 |

Introdução

O escrutínio de momentos históricos obedece a uma análise rigorosa e cuidada de todos os atores e elementos que marcaram determinados períodos. Essa é uma premissa que deve ser mencionada em qualquer tipo de pesquisa científica que reflita um período da história das relações internacionais, através da decodificação dos elementos estruturais da dinâmica mundial. Portanto, o entendimento da conjuntura internacional requer a compreensão das estruturas históricas do Sistema Internacional.

Este trabalho aborda o tema “O Conflito entre o MPLA e UNITA/FNLA, como Materialização do Confronto entre a URSS e EUA: Contexto da Guerra Fria”. Pela abrangência do tema desta investigação, desde logo pela incorporação do período da Guerra Fria, surgiu a necessidade de limitar a pesquisa ao estudo de caso de Angola, entre o período de 1961 e 1972.

Com o fim da II Grande Guerra, emergiam do campo de batalhas duas grandes potências bélicas: os Estados Unidos da América, cuja economia fundava-se no capitalismo e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, um Estado formado por diversas repúblicas reunidas pela força centralizadora do socialismo/comunismo, cuja base económica socialista foi imposta pela Revolução bolchevique de 1917, que derrubou o último dos imperadores czaristas, da família Romanov. Estas duas superpotências, que incorporavam ideologias distintas, eram as únicas com capacidade de modelar o panorama internacional que então se recompunha, o que originou um conflito ideológico entre ambas. Deste modo, os interesses destes Estados, dentro do cenário internacional, era naturalmente conflituoso pois, ambos procuravam, ainda que cada um de sua maneira, aumentar a sua esfera de influência, ou seja, aumentar o seu poder.

Tais características exprimiam a aplicação empírica das premissas do Realismo, como doutrina dominante das Relações Internacionais, na explicação do Sistema Internacional. Este panorama político internacional assentava na assunção do Sistema Internacional como bipolar¹. As características deste período, revelam a rivalidade existente entre os EUA e a URSS, que acabou por se traduzir também num conflito militar ainda que de forma indireta, rompendo com as características dos conflitos existentes até então. A “*raison d’être*” deste conflito obrigatoriamente ocorrer de forma indireta, advinha do poderio nuclear que ambas as partes possuíam, o que impossibilitava uma confrontação direta.

A transposição desta realidade e rivalidade entre as duas potências consistia numa configuração, *onde a Guerra era impossível, mas a Paz era improvável*, nas palavras de Raymond Aron. O enfrentamento entre estes dois polos, passava maioritariamente, pelo recurso a *Proxy Wars*, para assim concretizarem a expansão da sua área de influência e consequentemente a sua ideologia. Estas *Proxy Wars* ou Guerras Substitutas consistiam no aproveitamento de Guerras Regionais ou Locais, para benefício próprio, através da utilização

¹ “O bipolarismo é um modelo de referência em cada conflito concreto, entre dois países, dois espaços ou dois blocos, mas nem significa que seja uma tendência global da comunidade internacional que abriga uma pluralidade de conflitos, nem significa o começo do fim das ideologias”, conforme Adriano M. (1997).

de terceiros, normalmente uma das fações desses mesmos conflitos, como substitutos na condução material do conflito.

Este conceito *Proxy* encaixa à primeira vista como explicação para o conflito que Angola viveu durante a sua Guerra Civil, mas também nos últimos anos enquanto colónia. Tanto a URSS como os EUA aproveitando o processo de descolonização que o continente africano vivia e as consequentes lutas pelos nacionalismos, envolveram-se em alguns conflitos nacionais, nos países que lhes permitiam alcançar um acréscimo estratégico posicional ou que permitiam um enriquecimento económico, sobretudo através do acesso a matérias-primas, como era o caso de Angola.

Assim, os Estados Unidos e a União Soviética, aproveitando o crescente sentimento nacionalista no interior de Angola, a partir do início da década de 1960, adotaram uma política externa de auxílio a movimentos de libertação, que procuravam na esfera internacional, o apoio financeiro e militar, que necessitavam para desenvolverem as suas ações. O objetivo era conquistar o poder após a independência, acabando a URSS acabou por apoiar o MPLA e os Estados Unidos a FNLA e a UNITA. Este apoio iniciou-se, na própria contenda dos nacionalistas angolanos contra a administração portuguesa, que durou 13 anos (1961-1974), perdurando após a conquista da independência em 1975, que envolveu Angola numa violenta Guerra Civil até 2002.

Como ponto de partida para a investigação, consideramos como as seguintes problemáticas:

- Pode-se considerar o conflito da Guerra Civil Angolana, como um conflito *Proxy*?
- Que tipo de ajuda foi fornecida pelas duas potências (EUA e URSS) aos movimentos nacionalistas?
- Podemos afirmar que a Guerra Fria foi o fator gerador do conflito angolano?

A metodologia escolhida para o nosso trabalho de investigação em torno destas problemáticas assentou no método dedutivo, uma vez que é já significativo o conhecimento científico existente na área. A abordagem a realizar será eminentemente teórico-conceitual, para a qual se procedeu a uma pesquisa e a uma recolha bibliográfica, nacional e internacional, com base na adequação ao tema e ao problema em estudo. A mais-valia da utilização deste método reside no facto de ser possível tecer, partindo das pesquisas realizadas, novas considerações sobre a problemática em estudo e, com isso poder contribuir para desencadear novas linhas de investigação.

Neste trabalho privilegiou-se a pesquisa de artigos científicos, relatórios e livros, provenientes de organismos e pessoas que se dedicam à pesquisa, com firmada reputação internacional, consultados através da internet ou em bibliotecas.

Da investigação em torno da problemática resultaram os três capítulos desta tese: No primeiro capítulo é elaborado um enquadramento Teórico e Conceptual, pois o processo de construção histórica das sociedades é preterido por correntes de pensamento que influenciam a própria relação dos atores, envolvendo-os numa realidade de estruturas. Interpretar a

dinâmica que daí surge, expressa a tentativa de alcançar e identificar a compreensão das estruturas ideológicas, que definem a atuação dos atores, numa interpretação particular, delimitada pelo lapso temporal e espaço geográfico. Tal empreendimento interpretativo, tem o intuito de identificar e caracterizar a teoria ideológica predominante e que influência a sociedade seja ela global, ou local. Desse modo, no primeiro capítulo, fazemos o enquadramento teórico através de revisão bibliográfica de conceitos como o Realismo Clássico, o Neorrealismo e *Proxy War*, que consideramos fundamentais para um melhor entendimento do tema que nos propomos analisar.

Outro elemento crucial num estudo científico em Relações Internacionais, é o enquadramento histórico e político da realidade que se pretende analisar. Só com o conhecimento detalhado e evolutivo do passado, permite uma compreensão completa da realidade a analisar, pois as características e particularidades duma realidade, são fruto das interações entre as componentes dessa mesma realidade, o que levou a que no segundo capítulo, se realiza-se um enquadramento histórico de angola, onde se fez um retrato breve da história do próprio país, seguido duma análise e descrição do nascimento e desenvolvimento do sentimento nacionalista em Angola, elaborando-se um retrato da história dos movimentos nacionalistas angolanos e terminou-se com uma sucinta descrição dos marcos históricos angolanos, desde a questão da descolonização até à declaração de independência.

No último parágrafo, abordou-se efetivamente a questão da *Proxy War* Angolana, partindo do geral para o particular, evidenciando inicialmente as consequências das Proxys no continente africano, seguindo-se uma análise geral dos propósitos que cada uma das potências delineava quando se envolvia neste tipo de conflito, para em seguida caracterizar a *Proxy War* Angola e caracterizar o apoio que cada bloco forneceu aos movimentos independentistas, finalizando-se com uma descrição dos conflitos entre os movimentos envolvidos até estes chegarem a um acordo.

Capítulo I - Enquadramento Teórico e Conceptual

1.1 Relações Internacionais e a Guerra Fria

Num mundo cada vez mais integrado e globalizado, onde os meios de comunicação social nos fornecem notícias dos acontecimentos internacionais, que têm grande influência no cotidiano das organizações e na própria vida pessoal e profissional das pessoas, que aliado aos conflitos, crises económicas internacionais e a ampliação do comércio, tem relevado a importância das Relações Internacionais.

Com efeito, as Relações internacionais conquistariam a sua importância e reconhecimento apenas no início do século XX. Até à eclosão da Primeira Guerra Mundial, o estudo das Relações Internacionais era feito sobretudo por historiadores e juristas, só a partir dessa altura é que a situação se alteraria. Conseguido através de notáveis esforços, as Relações Internacionais, passariam a ter um campo de estudo específico e autónomo. Os limites da realidade das Relações Internacionais, bem como de produzir um dispositivo conceptual que resulte em análises integradas, as quais, por sua vez, possam permitir ir além das análises parciais produzidas pela Economia Internacional, pelo Direito Internacional, pela História Diplomática e pela Política Internacional, é o seu objetivo, como indica Gonçalves Williams (s.d:1), sendo cada vez maior o seu reconhecimento.

As Relações Internacionais são extremamente complexas e abrangentes para serem submetidas às estritas medidas estabelecidas por essas disciplinas. Ainda que cada uma permita o estudo de aspetos muito relevantes da realidade, apenas com uma análise articulada que combine, conceitos elaborados por todos esses campos específicos, poderá depreender a sua extensão e a sua complexidade. Por outras palavras, o grande desafio que as Relações Internacionais enfrentam, é o de assumir a sua indispensável multidisciplinaridade, conforme como indica Gonçalves Williams (s.d:1).

Focando-se então na explicação do sistema internacional e dos fenómenos que de alguma forma condicionam o exercício da política mundial, as Relações Internacionais têm-se exprimido através de um conjunto de teorias que visam entender toda as atividades que se desencadeiam no espaço internacional, sendo esta ideia partilhada por Andressa M. Santos (2012) onde indica, que as teorias das Relações Internacionais têm como finalidade elaborar métodos e conceitos, de modo a facilitar o entendimento da natureza e do funcionamento do sistema internacional, bem como estudar os fenómenos, atores e acontecimentos importantes que moldam a política mundial. Assim e como demonstra L. Lothar Hein (2008:1), analisar o período da Guerra Fria é reconsiderar a própria produção teórica no campo das Relações Internacionais e a reformulação dos seus paradigmas. A reflexão teórica das Relações Internacionais, após a II Guerra Mundial, procurou justificar a conduta de contenção. Após o

culminar dessa Guerra, o meio para tornar legítimo o enfrentamento, passou por torná-lo universal, fazendo da própria natureza das relações internacionais, um confronto inevitável entre as potências e o único meio de atingir a estabilidade.

A noção de Guerra Fria iria ser moldada pelas próprias forças em conflito. O discurso nessa época, fora articulado por forma a legitimar as opções, atitudes e mecanismos que foram criados e articulados em nome de um argumento. Nada se fez sem explicitação de objetivos. Este seria um conflito que iria moldar o Sistema Internacional, que assentaria nas relações entre o Estado e a sua estrutura de poder e cooperação, criando dessa forma novas linhas mestras e originaria uma nova produção intelectual no campo das Relações Internacionais, conforme L. Lothar, Hein, (2008:6).

Este novo panorama político internacional assentava na característica bipolar do Sistema Internacional. As características deste período revelam a rivalidade existente entre os EUA e a URSS, duas superpotências, num conflito que se caracterizou pelo combate com recurso a meios não tradicionais. O resultado deste ambiente é que o entendimento da Guerra Fria não pode ser fixado, uma vez que o universo conceptual de onde eram emanadas todas as condicionantes de tal conflito, tornou-se muito maior do que é possível definir conforme indica o artigo de Luiz Fernando Horta (s.d:60).

O grande marco do Sistema Internacional neste período, foi sem dúvida a bipolaridade. Esta, determinaria a estrutura, que imprimiu os padrões elementares de relação entre os Estados. Para L. Lothar Hein (2008:16), nos sistemas bipolares, a tendência existente é as nações agregarem-se em blocos rígidos. Para este autor, os blocos de poder, embora podendo não possuir uma estrutura formal, baseiam-se numa ordem de facto e a estabilidade, que é uma componente importante de poder para as superpotências, advém da rigidez nos papéis dos vários membros, criando dessa forma um conjunto de expectativas que não são frustradas.

Tal situação, é sustentada através de estruturas de relações hierárquicas, pois os Estados organizam-se como um bloco, cuja sua integração pode ser baseada na economia, por imposição militar, homogeneidade política, comunicação cultural, sendo que as potências hegemónicas, em específico neste período da Guerra Fria, recorriam à intimidação e à dissuasão, como meio de monitorização dos seus diversos membros, como relata L. Lothar Hein (2008:16).

Gelson Jr. Fonseca (1995:130) demonstra a dinâmica da ideologia do Sistema Internacional durante a Guerra Fria. No plano internacional, existiam claramente dois países, os EUA e a URSS, que tinham condições de poder claramente superiores à dos demais atores da esfera internacional. O que estes dois países tinham de diferente dos demais, era uma enorme capacidade de destruição dada pelos seus arsenais nucleares, o que os tornava inexpugnáveis a ameaças militares externas e simultaneamente, temidos pelos países sem essa capacidade bélica.

A corrida armamentista foi de tal ordem, que a acumulação de armamentos originou uma situação paradoxal. *"A capacidade de destruição aumenta a um ponto tal que ultrapassa de muito as necessidades de segurança em seu sentido estrito. Ou seja, se utilizados, levariam,*

não á intimidação ou destruição do adversário, mas á destruição da vida na Terra", Gelson Jr. Fonseca (1995:132).

Como indica P. T. James (2009), a corrida armamentista, servia de garantia, face ao dilema de segurança, pois quanto maior for o poderio bélico do país maior será teoricamente a sua vantagem. Contudo, como ambas as potências possuíam armas nucleares e a exterminação de ambas poderia estar em causa ao usá-las, acabou por proporcionar uma situação de equilíbrio, em razão da capacidade destrutivas de ambas as potências, conforme Rodrigo F. M. (2007). Esta vantagem, era ainda acrescida de um uso deliberado de recursos económicos e tecnológicos, que forneciam vantagens estratégicas.

Por outro lado, e segundo R. M. J. Afonso (2006), estes eram sem dúvida os únicos Estados que tinham condições para disputar o poder no mundo, que então se recompunha. Os EUA por seu lado, não sofreram no seu território a devastação provocada pela Guerra e as suas perdas humanas foram menores se comparadas com outros países beligerantes. Para reforçar, a sua economia saiu fortalecida da grande Guerra e ainda detinha praticamente o monopólio da força atómica, que acabou por os tornar a potência hegemónica dos interesses capitalistas.

Por outro lado, a URSS não obstante o grande número de perdas humanas e a devastação em parte do seu território, era o único país para além dos EUA, que detinha condições para se afirmar no panorama mundial, devido sobretudo às grandes potencialidades naturais do país.

Outra característica que potencializava o poder destes dois países, surgia do facto de que ambos eram portadores de uma mensagem universal, que se consubstancia-se por uma determinada visão de como deveria organizar-se o mundo e os regimes políticos e económicos das nações. Como relata Gelson Jr. Fonseca (1995:131):

Na URSS o socialismo, se universalmente implantado, permitiria a eliminação das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, estabeleceria condições para a paz universal, pois afinal, países socialistas, não guerreiam entre si. Do outro lado, os países ocidentais, liderados pelos EUA, afirmavam que só a democracia liberal, ao garantir as liberdades fundamentais, asseguravam amais completa realização dos indivíduos, tanto do ângulo económico quanto político.

Desta soma de elementos, militar e ideológico, brota o meio privilegiado de exercício hegemónico por parte das superpotências e a consequente formação de alianças ou blocos. Desta forma, nascem as zonas de influência, em que a presença do adversário deve ser evitada terminantemente, como indica Gelson Jr. Fonseca (1995:131).

Assim surgem-nos algumas definições de Guerra Fria como a que encontramos no Supletivo - EJA², que indica, que durante a Guerra Fria não existiu um confronto direto, tratou-se duma Guerra não declarada, tendo como principal característica a bipolaridade. A Guerra que era realizada, apresentava-se num plano não terreno, através da apresentação de progressos científicos e tecnológicos, baseados na corrida espacial e armamentista, onde o conflito nuclear assombrava e amedrontava o Mundo. Deste modo, o conflito foi marcado

² Consultado em: http://www.simensen.br/eja/arquivos-pdf/geo_capitulo6.pdf, no dia 17 de Janeiro de 2014.

recorrendo três grandes instrumentos: a corrida armamentista, a paz armada e a Guerra de Procuração ou Guerras Substitutas.

Já Pereira (2008 apud Júnior, Afonso 2006:25), definiu a Guerra Fria como "*Guerra, porque os diplomatas dos dois blocos não podiam e nem queriam acertar as suas divergências por meio de negociações e Fria, porque também não podiam e nem queriam acertá-las através da força*".

1.2 Realismo como ideologia dominante na Guerra Fria

L. Lothar Hein (2008:2) indica-nos que a história das Relações Internacionais após o final da II Guerra Mundial ficou visivelmente marcada por uma dinâmica realista na ordem internacional. Numa conceção centrada no Estado, onde o antagonismo entre os Estados é inevitável e necessário, seguindo os seus estritos interesses, a única política que se afigurava como exequível era a expansionista. É nesta percepção "hobbesiana" da comunidade internacional que se cria um novo panorama político internacional dividido em dois blocos: o ocidente liderado pelos EUA e o de Leste liderado pela URSS, que se envolveram numa Guerra Fria e deram origem a um mundo bipolarizado, conforme S. P. Huntington (1996) e J.E. Stiglitz (2004).

Desta forma, a Guerra Fria marcaria o domínio do realismo como corrente epistemológica dominante na esfera das Relações Internacionais, como menciona F. Halliday (1994). Esta ideologia, organizada numa comunidade em que os atores mais importantes são os Estados, onde internamente não têm qualquer delimitação a não ser as que eles mesmos estabeleçam, já o plano internacional, é caracterizado por uma ordem sem autoridade - anarquia. P. Sérgio (1981).

Como indica Gelson Jr. Fonseca (1995:131) "*Na perspectiva clássica da teoria de relações internacionais, dir-se-ia que, no momento em que despontam dois atores com vantagens nítidas de poder, a rivalidade é necessária e a guerra, hipótese natural*". A propósito da questão do poder das superpotências, John Mearsheimer (2001) refere que o poder dos Estados baseia-se nas aptidões materiais que cada um possui e é dividido em dois tipos: o poder baseado no tamanho da população e na riqueza do Estado, ou seja, o poder que cada Estado tem para edificar a força militar e lutar nas suas guerras e por outro, o poder militar baseado na força do exército, incluindo o poderio naval e aéreo.

Este período, nas palavras de Raymond Aron de "Guerra impossível, paz improvável" entre os EUA e a URSS é a materialização perfeita do realismo, pois o antagonismo entre os Estados é inevitável e necessário. O Estado deve preservar-se a ele próprio, ele incorpora os valores culturais da nação e garante a segurança da população perante os conflitos internacionais, podendo recorrer a todos os instrumentos para preservá-lo. A ideia de uma autoridade acima dos Estados não é possível nem desejável. Partindo da centralidade do Estado,

as relações internacionais devem necessariamente orientar-se segundo estritos interesses, excluindo questões de natureza ética. Nesta concepção realista do sistema internacional, o Estado é necessariamente expansionista. É o próprio sentido do jogo de poder que leva a este comportamento, seja perante uma ameaça externa como fator de preservação do poder ou, devido à própria natureza conflituosa do sistema internacional e qualquer tentativa de limitar tal tendência seria maléfica ao sistema. como relata L. Lothar Hein (2008:3). A racionalidade é a de não olhar a meios, para atingir os fins, onde tudo é permitido, numa visão de Maquiavel.

1.3 Realismo Clássico

Como relata G. Rosas Duarte (2011) esta corrente realista, foi desenvolvida a partir da contribuição de Edward Carr (1946) e consolidada com a obra de Hans Morgenthau, *Política entre as Nações*, publicada originalmente em 1948. A partir dessa altura vários autores e teorias têm-se associado à discussão realista, conferindo a essa corrente novas dimensões e formas de analisar a realidade internacional.

Como refere Thales de Castro (2012), toda a teoria não é fundada em um vácuo histórico. Uma teoria não é um todo vazio disforme e neutro, uma teoria é revestida discreta ou abertamente de perfurações temporais e socioculturais. Esta não é concebida por meio de um vácuo de poder, mesmo que esse poder, pretensamente, não esteja vinculado ao pensar científico e ao fazer intelectual. O conjunto de conceitos que alicerça determinada teoria é formatado como produto direto de processo amplo de forças de contribuição com seus respectivos teóricos. Dessa forma, é imprescindível evidenciar os fundadores do realismo clássico, pois tanto eles como as suas ideias são intemporais, enquanto que os sujeitos inspirados pelo mesmos são entes históricos recortados, conforme Jonathan Haslam (2006).

Neste mesmo sentido histórico-linear, é importante ressaltar a importante contribuição de Tucídides que na sua narrativa realista sobre a *História da Guerra de Peloponeso* (entre 431-404 AC), privilegiou a dimensão conflituosa das relações internacionais, como corolário do realismo na política internacional, salientando a importância das alianças.

Como podemos verificar no trabalho Dagios Magnus (2011:1) Tucídides, com a sua obra *História da Guerra do Peloponeso*, à mais de mil anos conseguiu estabelecer as bases do realismo político. Os seus pontos principais, nomeadamente os Estados (ou cidades-estados na altura) são as unidades de ação nas relações entre os países e são eles que buscam o poder, ou como fim em si, ou como meio para se atingir outros fins, comportam-se sempre de forma racional. Estas são características que ainda hoje são algumas das premissas fundamentais para os realistas.

Como dilucida António G. Belo (2013), Tucídides nesta obra levanta questões sobre as causas que levariam ambas as cidades ao confronto quando poderiam viver pacificamente lado a lado. Interroga-se sobre as origens profundas do conflito, acabando por encontrar a explicação no imperialismo de Atenas, considerando que a guerra resulta do excesso de poder: quanto

maior for uma cidade, maior a sua ambição e desejo de conquista. Para os realistas, uma das principais heranças de Tucídides é que “num mundo onde os poderosos fazem o que têm de fazer e os fracos aceitam o que têm que aceitar”, o medo de não sobreviver, de deixar de existir leva os Estados a iniciarem guerras.

Segundo Quintiliano, Campomori (2007), os Estados, segundo Tucídides, são dirigidos por seus próprios interesses e pela questão da segurança. A Guerra do Peloponeso significou a ruína de Atenas e a consolidação do poder de Esparta sobre toda a Grécia. Para ele, a causa principal da Guerra do Peloponeso foi a insegurança que Esparta tinha defronte ao aumento militar-bélico de Atenas.

Assim, o desequilíbrio de poder foi a explicação para a causa fundamental e objetiva da guerra. Foram as pretensões imperialistas que fizeram com que a hegemonia de Atenas tivesse seu perecimento acelerado e referiu ainda que “se essas minhas palavras forem consideradas úteis pelos acontecimentos que ocorrem no passado e sendo a natureza humana como é, em algum momento e de uma forma bastante semelhante, irão se repetir no futuro” como refere nesta sua obra Tucídides .

Outro autor que é imperativo abordar é Niccolo Machiavelli, ou Nicolau Maquiavel, que escreveu *O Príncipe* em 1513, conseguindo estabelecer a separação entre a moral e política, como fundamento da razão do Estado. Para ele, a política deve constituir um ambiente independente e uma arte que condense o interesse nacional, devendo o Estado praticar a sua soberania seguindo os seus interesses.

Como mostra Gilberto Sarfati (2005), Maquiavel considerava que a natureza humana não tende para o bem, mas sim para o mal, ou seja, de que o Homem é mau por natureza e que esses Homens são racionais e possuem interesses, que são contraditórios o que os leva a conflitar-se, colocando o enfoque no Estado, não aquele imaginário, mas aquele que é capaz de impor a ordem. Deve-se considerar o Estado como ele é e não como queria que ele fosse.

Depreende-se daqui que esta desordem natural, leva a que ninguém queira ser dominado ou oprimido, mas que todos querem dominar e oprimir. Desta forma, o Realismo apropria-se desta natureza humana má e conflituosa e transfere-os para o ambiente internacional, demonstrando que os Estados tal como os Homens tendem para o mal e para o conflito.

Por último mas não menos importante, temos Thomas Hobbes (1588-1679) que escreveu *Leviatã* em 1651. Quintiliano Campomori (2007:39) relata que Hobbes explicou que o Estado nasce da sociedade, mas eleva-se acima dela. Antes deste “advento”, acontecia o “Estado de natureza”. Hobbes busca descrever o Estado de natureza do ser humano com o da liberdade, em que os homens nascem livres para usufruir de sua vida como bem entenderem.

Tal ideia é bem explícita no excerto de Thomas Hobbes (2004:98/99 apud Quintiliano Campomori 2007:40)

Torna-se manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra. Uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. A guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de

tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida [...] Quando se faz um pacto em que ninguém cumpre imediatamente sua parte, e uns confiam nos outros, na condição de simples natureza, a menor suspeita razoável torna nulo esse pacto. Mas se houver um poder comum situado acima dos contratantes, com direito e força suficiente para impor seu cumprimento. Pois aquele que cumpre primeiro não tem qualquer garantia de que o outro também cumprirá depois, porque os vínculos das palavras são demasiadamente fracos para refrear a ambição.

O Estado surge então como fruto de uma evolução humana e que tem um poder supremo voltado para a defesa da sociedade. Tal evolução origina um “contrato”, em que os homens em seu “Estado de natureza” abdicam da sua “liberdade anárquica”, a fim de evitar o caos e a “guerra de todos contra todos”. Neste contexto, é incorporada a figura bíblica do Leviatã: representada pelo Estado, através dum monstro cruel que impede que os peixes pequenos sejam devorados pelos maiores.

A origem do Estado, para Hobbes, é fruto do pacto geral dos homens. Essa legitimidade ancestral ocorre na transição do “Estado de natureza” para o Estado político. O Realismo Clássico apropria-se deste pensamento, trazendo à tona uma “guerra de todos contra todos”, mas dentro do cenário internacional, ou seja, uma guerra de todos os Estados contra todos os Estados.

Os contributos destes três autores criariam, então, as bases da teoria realista, contudo, a mesma só conheceria a sua consolidação efetiva, durante o período compreendido entre a I e a II Guerra Mundial, devido à ineficiência dos métodos da “política de apaziguamento”, utilizada pela teoria idealista que marcou o início do século XX, que transferia a ideia de Rousseau, de que o ser humano é bom por natureza para a relação entre os Estados, conforme aponta Quintiliano Campomori (2007:42). O realista Edward H. Carr (2001) refere que o realismo entra em cena após a utopia idealista e como forma de reação a ela.

Fernando R. F. Almeida (2006:2 apud Quintiliano, Campomori 2007:44) diz que o Realismo Clássico de Hans Morgenthau, na sua obra-prima *Política entre as Nações*, tem o intuito de demonstrar uma:

Preocupação teórica com a natureza humana tal como ela se apresenta, e com os processos históricos, à medida que eles ocorressem, fez com que a teoria aqui caracterizada ganhasse o nome de realista, em linhas gerais, propõe que o meio internacional é composto por Estados nacionais, que possuem recursos desiguais, lutam para poder obter mais poder, e, assim, realizar seus interesses nacionais.

Por outro lado, Cravinho (2002) afirma no seu trabalho que Hans Morgenthau foi quem organizou e deu consistência ao realismo como teoria das Relações Internacionais no seu livro *Política entre as Nações*, tendo estabelecido seis princípios que, segundo ele, eram essenciais para as Relações Internacionais e que diferenciavam o Realismo de outras perspetivas. Para ele, o Estado define o interesse nacional, podendo ser traduzido em termos de poder visando sempre a sua sobrevivência e visando sempre ascender sobre os demais através do uso da força e da diplomacia, como expõe António Gomes Belo (2013).

Estas premissas essenciais e fundamentais, estão identificadas no trabalho de G. Rosas Duarte (2011), que fazendo referência ao trabalho de João Nogueira e Nizar Messari (2005), identifica como primeira premissa, a importância do realismo em considerar como ator central das Relações Internacionais, o Estado. Ele é encarado como um ator unitário e racional, que tem como finalidade maximizar os seus ganhos e minimizar as suas perdas. G. Rosas Duarte (2011:3) expõe que os Estados do ponto de vista de Hans Morgenthau, são vistos como os atores únicos do plano internacional, levando apenas em conta, as atitudes tomadas nesse propósito, deixando de parte as questões internas dos Estados, que não são relevantes e entende-se que eles atuam sempre em busca do interesse nacional.

Uma segunda premissa presente e obrigatória em todas as obras de autores realistas, é a anarquia do sistema, ou seja, a não existência no ambiente internacional uma autoridade suprema que esteja acima dos Estados. G. Rosas Duarte (2011:3) descreve que:

Não existe no plano internacional uma autoridade que determine as regras, que tenha capacidade de impor a maneira como os Estados devem se comportar, sendo capaz também de punir aqueles que não agem de acordo com o previsto. O que se observa são múltiplos soberanos, responsáveis por garantir seus próprios interesses.

A terceira premissa realista, apresentada por G. Rosas Duarte (2011:4), é de que derivado da anarquia do sistema, a sobrevivência dos Estados surge como o seu maior desejo. O interesse nacional, desta forma, pode então ser definido, como a busca por segurança, pela sua sobrevivência e que qualquer outra finalidade, estará sempre condicionada à permanência do Estado no sistema, sendo essa própria preocupação, a que comanda a conduta dos Estados

A quarta característica partilhada pela teoria realista, é demonstrada por Duarte, G. Rosas (2011:4) quando afirma que: É o entendimento de que a política é determinada por relações de poder (capacidades dos Estados). O poder pode ser definido como capacidades em termos políticos, militares, económicos, como a capacidade de influenciar, dentre outros aspetos. Ele pode ser almejado pelos Estados para manter o status quo, expandir seu poderio, demonstrá-lo ou, ainda, para garantir a segurança e a sobrevivência. Associada à ideia de poder está o conceito de balança de poder.³

Por fim, este autor aponta como uma última premissa realista, do ponto de vista de Hans Morgenthau, que também é essencial, notar a forma como essa corrente ideológica avalia a política internacional.

Trata-se da constatação de que os Estados interagem num sistema de auto-ajuda (self-help). Isso significa dizer que, inexistindo uma autoridade para garantir o cumprimento de regras e também para dar segurança aos Estados, eles agem de forma auto-interessada, buscando seus próprios interesses. Os Estados se comportam de forma egoísta, preocupados apenas com sua segurança, pois são eles os únicos responsáveis por primar pela sua sobrevivência.

³ Para Kenneth Waltz (2002) o ponto relevante na balança de poder, é perceber que uma vez que o equilíbrio tenha sido alterado, ele será restaurado de uma forma ou de outra. Isso ocorre porque o sistema internacional estimula os Estados a procurarem segurança, induzindo ao equilíbrio. A principal preocupação dos Estados é, então, manter sua posição dentro do sistema, garantindo assim a sobrevivência.

A utilização destas premissas do Realismo Clássico, permitem uma melhor explicação e entendimento da realidade da Guerra Fria. O que inicialmente extraímos do conflito da Guerra Fria, é que este foi um conflito entre dois Estados, os EUA e a URSS. O que parece ser uma simples afirmação, esconde uma das premissas principais do Realismo Clássico, o Estado como principal ator nas Relações Internacionais.

Mark V. Kaupi and Paul R. Viotti (1998), apesar de não negarem a existência de outros atores tanto individuais como coletivos, indicam que o Estado é o principal ator nas Relações Internacionais, aliás, os Estados são os únicos atores reconhecidos, pois são os únicos que agem em *high politics*⁴, definindo desta forma o Estado como peça primordial do Realismo Clássico.

Conforme indica António G. Belo (2013), no âmbito das Relações Internacionais o Estado tem duas funções: a manutenção da paz internamente e a segurança contra agressões externas. O Estado tem pois duas realidades: uma interna (é soberano e tem autoridade para impor diretrizes) e outra externa (onde não há autoridade para tomar decisões, limitando-se a defender o interesse nacional, impondo-se apenas como ator das Relações Internacionais). Na mesma linha de pensamento L. Lothar Hein (2008) afirma, que se no ambiente interno dos Estados, a noção de autoridade fundamenta a ordem, o propriamente internacional deve estabelecer uma ordem sem autoridade.

O parágrafo anterior tem implícito, mais uma premissa central do Realismo, a questão da ordem internacional anárquica. Neste contexto, Sérgio Pistone (1981) afirma que no contexto internacional, a soberania do Estado significa na realidade, que ele não está sujeito a leis que lhe sejam impostas por uma autoridade supra-estabelecida, dotada do monopólio da força, isto significa por outras palavras, a existência de uma situação anárquica no sistema internacional. Face a esta realidade, o Realismo considera obrigatório, que o antagonismo entre os Estados é não só inevitável, como também necessário. O próprio Estado é uma unidade que deve ser preservada, sendo permitido a utilização de todos os instrumentos para preservá-lo. Nada deve limitar o uso do poder nem os interesses do Estado, que devem ser dirigidos para o plano internacional, sem qualquer consideração pela mediação. Num âmbito assim, as alianças são por definição temporárias e os pressupostos éticos e a construção de uma autoridade acima dos Estados não é possível nem desejável.

Na conceção realista do sistema internacional, o Estado é necessariamente expansionista e qualquer tentativa de limitar tal tendência seria maléfica ao sistema. Contudo, é o próprio Estado que impõe limites à sua expansão, pois o expansionismo se descontrolado, é um risco. Desta forma, o próprio expansionismo é um fator de "moderação" da ordem internacional. Esta percepção "hobbesiana" da comunidade internacional, onde prevalece o irracional e o caótico e onde a racionalidade é de meios e não de fins, faz com que seja natural

⁴ Segundo Cristina S. Pecequillo (2004) *High Politics*, refere-se aos componentes essenciais de política de poder para os realistas, envolvendo aspetos militares, diplomáticos e estratégicos que definem a capacidade de projeção internacional do Estado e a sua capacidade de ação diante de unidades políticas semelhantes. Pode-se dizer que este termo indica os aspetos mais "nobres" da política internacional, opondo-se às questões sociais, culturais e económicas dos Estados, pertencentes ao seu mundo doméstico, que representariam as *Low Politics*.

o conflito entre os Estados, justificando assim o aparecimento do conflito entre os EUA e a URSS.

Nesta condição anárquica, o poder torna-se num elemento fundamental das Relações Internacionais. Morgenthau (2003), afirma que a força motriz do Mundo era a aspiração das nações soberanas pelo poder e analisou a Guerra Fria, deixando bem claro de que não é uma luta entre o bem e o mal, a verdade e a falsidade, mas do poder contra o poder.

Mark V. Kaupi and Paul R. Viotti (1998), o poder deve ser entendido como a soma das capacidades militares, económicas e tecnológicas de que um Estado dispõe, mas esse poder não deve ser entendido como um valor determinado e absoluto de cada Estado, mas sim em comparação com as capacidades dos outros Estados. Nesta premissa, está latente a influência realista de Tucídides ao afirmar que o medo do concorrente se tornar mais poderoso, é considerado a causa da Guerra, conforme explica António Gomes Belo (2013).

Jonathan Haslam (2006) fazendo referência ao trabalho de Duvevendark (1963) indica que a força produz o poder, o poder produz prestígio, o prestígio produz a virtude e assim a virtude tem a sua proveniência na força. Já para Gilberto Sarfati (2005), o poder em sentido político, deverá ser definido como as relações mútuas de controlo, entre titulares de autoridade pública, podendo ser exercido por meio de ordens, ameaças ou carisma.

Por seu lado, Morgenthau (2003), apesar de afirmar que o poder não está limitado ao exercício da violência, refere que o mesmo tem um papel preponderante na área internacional, para se entender a forma política de uma nação. Ele faz uma distinção entre o poder utilizável, que é o poder que pode ser utilizado através das forças militares de modo a efetivar um conflito e o poder não-utilizável, que é o caso das armas nucleares, pois o mesmo não amplia o poder político. O Estado que possui armamento nuclear apenas o pode utilizar, se o outro Estado com o qual conflitua não possuir, pois caso ambos tenham, a ameaça será neutralizada pois a mútua autodestruição não é racional.

Esta última parte esteve latente na Guerra Fria, pois tanto os EUA como a URSS dispunham de armamento nuclear e foi esta a causa da denominação de "Fria" nesta Guerra. António Celso Alves Pereira (1984), definiu a Guerra Fria como uma Guerra, porque os diplomatas dos dois blocos não podiam e nem queriam acertar as suas divergências por meio de negociações e Fria, porque também não podiam e nem queriam acertá-las através da força, devido às capacidades nucleares de ambas as partes beligerantes.

Efetivamente a Guerra Fria ficaria marcada pela imagem de três grandes instrumentos, a saber: a corrida armamentista, a paz armada e guerras substitutas. Esta ideologia latente no conflito da Guerra Fria, pode ser interpretada como um Realismo Ofensivo, teoria desenvolvida por John Mearsheimer na sua obra *The Tragedy of Great Power Politics*. Para este autor, o poder dos Estados baseia-se nas aptidões materiais (recursos tangíveis) que cada um possui e é dividido em dois tipos: o poder baseado no tamanho da população e na riqueza do Estado, ou seja, o poder que cada Estado tem para edificar a força militar e lutar nas suas guerras e por outro, o poder militar baseado na força do exército, incluindo o poderio naval e aéreo.

Neste ponto, importa fazer referência ao estudo de Robert Jervis (1999) que introduz uma divisão na qualificação dos realistas, distinguindo entre ofensivos e os defensivos. A divisão que este autor identifica, nas duas categorias acima descritas poder-se-á resumir da seguinte forma:

Os realistas ofensivos pensam que algumas situações na política internacional se assemelham ao Dilema do Prisioneiro⁵. Este modelo não demonstra a área crucial de obtenção da segurança pelos principais poderes, pois a segurança mútua não é suficiente ou não poderá ser ganha, pelo que, se pressupõe que um ou mais Estados estarão dispostos a arriscar a guerra ou para se expandirem, ou porque os seus pressupostos de segurança são incompatíveis com os restantes atores. Já os realistas defensivos, sublinhando sobretudo o papel desnecessário dos conflitos, vendo o dilema do prisioneiro como um aspeto que captura importantes dinâmicas da política internacional, nomeadamente quando um Estado tenta aumentar a sua segurança, o que tem como efeito, a diminuição da segurança dos outros Estados. E conclui, referindo que a maior parte das vezes os Estados tentam alcançar o status quo e são motivados mais pelo receio do que pela vontade de obter ganhos. Robert Jervis (1999:48)

Perante a realidade internacional que então era apresentada, Afonso R. M. J. (2006), indica que os EUA e a URSS, eram, claramente, os únicos Estados que tinham condições e o poder para disputar o poder no mundo, que então se recompunha. Os EUA não sofreram no seu território a devastação provocada pela Guerra e as suas perdas humanas foram menores se comparadas com outros países beligerantes. Para reforçar, a sua economia saiu fortalecida da grande Guerra e ainda detinha o monopólio da força atômica, que acabou por os tornar a potência hegemónica dos interesses capitalistas. Por outro lado, a URSS não obstante o grande número de perdas humanas e a devastação em parte do seu território, era o único país para além dos EUA, que detinha condições para se afirmar no panorama mundial, devido sobretudo às grandes potencialidades naturais do país. Desta forma, o período da Guerra Fria representava um conflito de ideais, por um lado, os EUA e o Capitalismo, e por outro a URSS e o Comunismo.

Neste seguimento, Quintiliano Campomori (2007) refere que as Relações Internacionais são marcadas pelo conflito e pelo império da força, em que há uma luta constante pelo domínio do poder, sobretudo através do uso bélico. Porém, apesar de admitir que existem relações de poder, nunca há autoridade, pois não existe uma autoridade internacional, assim o principal motivo dos Estados é a sua sobrevivência. Este autor, refere que a paz e a segurança só podem ser alcançadas mediante um equilíbrio ou balanceamento do poder, como mecanismo capaz de regular os conflitos, em que a força do Estado é compensada pelo aumento da força ou pela formação de aliança com outros.

Tal afirmação, leva-nos a retomar a questão da balança de poder. Gilberto Sarfati (2005) no seu trabalho indica que para Morgenthau, quando os Estados, que por definição são iguais em princípio, tentam manter ou derrubar o "status quo", necessariamente através dum

⁵ Teoria na qual se supõe que cada participante, de modo independente, quer aumentar a sua própria vantagem, sem lhe importar o resultado das restantes Partes. O dilema prova que quando cada um de nós, individualmente, escolhe aquilo que é do seu interesse próprio, pode ficar pior do que ficaria se tivesse sido feita uma escolha que fosse do interesse coletivo. Retirado de: http://www.aartedepensar.com/leit_axelrod.html, site consultado em 19 de Janeiro de 2015.

equilíbrio de poder. Este equilíbrio de poder seria garantido ou pela diminuição de uma das partes ou pelo aumento da parte mais fraca.

Para se atingir este equilíbrio de poder entre os Estados, num ambiente como vimos anárquico, recorre-se ao estabelecimento de políticas de alianças, de forma a dividir e conquistar territórios. Como disse Jonathan Haslam(2006) no seu trabalho, dada a pluralidade de príncipes, deduz-se que um equilíbrio de poder é útil e positivo, não como resultado de uma determinação, mas das circunstâncias e é das naturezas porque às vezes o seu objetivo é a paz.

Quintiliano Campomori (2007) na mesma linha de argumentação, afirma que somente através do equilíbrio de poder é que a segurança internacional pode ser garantida, ou seja, a paz mundial só pode ser atingida através da balança de poder. A segurança é o principal objetivo dos Estados, os demais objetivos dos Estados, somente são perseguidos quando é garantido um mínimo de segurança traduzida em uma ênfase das relações políticas, diplomáticas e estratégicas entre os Estados e esta era a realidade da Guerra Fria. O conflito entre os EUA e a URSS, não era mais que um equilíbrio de poder por parte dos únicos países com capacidade bélica para tal.

Com base nestes pontos apresentados, podemos afirmar, com algum grau de certeza que o período da Guerra fria traduz alguns dos principais axiomas do Realismo, pois o antagonismo entre os Estados é inevitável e necessário. Todas as principais premissas desta teoria, como a natureza negativa do ser humano, a des(ordem) do sistema internacional e a ideia de anarquia subjacente, o Estado como elemento nuclear das Relações Internacionais e a questão da balança de poder, estão efetivamente presentes nesta Guerra Fria, daí o Realismo constituir um instrumento teórico indispensável para realizar uma análise em Relações Internacionais da Guerra Fria.

1.4 O Neorrealismo de Kenneth Waltz

Como indica Victor Marques dos Santos (2014:331), o termo Neorrealismo, refere-se a um conjunto mais vasto de esforços teóricos de atualização e recuperação do Realismo Clássico. Esta ideologia reforça as premissas do Realismo Clássico através de uma abordagem teórica e analítica de cariz estruturalista, tendencialmente normativo, que orienta e legitima os comportamentos dos atores.

Para estes autores portugueses:

O Neorrealismo evidencia a continuidade teórica do Realismo Clássico comum; na visão racionalista sobre as escolhas e comportamentos dos Estados; na separação entre esferas políticas internas e externa; na autonomia da esfera política como referência decisional prevalecente; e nos princípios morais subjacentes ao interesse nacional e à lógica política. Victor Marques dos Santos (2014:331).

O Neorrealismo foi desenvolvido por Kenneth Waltz, em 1979, com a sua obra *Theory of International Politics*. Nesta obra, Waltz evidencia que o Realismo necessita de estabelecer bases mais sólidas e mais científicas e é por este motivo, que esta ideologia pode também ser denominada de Realismo Estrutural. Waltz recorreu a um modo de pensamento que se propunha explicar a inevitabilidade da mudança, para assim explicar a continuidade, ficando esta ideia denominada por teoria sistémica, conforme indica Andressa M. Santos (2012:89).

Nesta linha de pensamento ligada à teoria estruturalista, G. Rosas Duarte (2011:9) indica que Waltz enfatiza a necessidade de teorias sistémicas acerca da política internacional, que finalmente colocassem de parte o reducionismo e dessem maior primazia à análise e ao funcionamento do sistema em si, pois ele considera que um sistema é composto por uma determinada estrutura e por várias unidades que interagem entre si. Desse modo, toda a apreciação sobre a estrutura do sistema deve excluir as particularidades das próprias unidades, bem como as características que analisem o comportamento e interação sobre essas mesmas unidades. A atenção deve então ser direcionada não nas interações das unidades, mas na própria posição que essas mesmas unidades ocupam no sistema, sobretudo da maneira em que elas estão organizadas e posicionadas.

Andressa M. Santos (2012:89) vai mais longe afirmando que Waltz coloca a anarquia como o motivo de todas as guerras que possam eclodir no sistema internacional, debilitando toda a explicação a nível estatal que possa ser realizada, pois esta seria obrigatoriamente uma resposta reducionista, porque a única que o consegue fazer de forma capaz são, na verdade, as explicações sistémicas. A estrutura passa a ser, não apenas a soma das partes que a compõem, mas sim pela forma de como as partes se interligam e interagem entre si, sendo essa interação que limita e orienta a ação dos agentes, sobretudo através do mecanismo da socialização e do mecanismo da competição.

Andressa M. Santos (2012:89) evidencia que este mecanismo de socialização pode ser visto como o mecanismo que acaba por traduzir-se em padrões que vão fixando e balizando o comportamento espectável pelos outros atores, o que induz o estado a evitar determinados comportamentos. Já o mecanismo da competição, é resultado da competição que existe entre os Estados para sobreviverem no cenário internacional, o que obriga os Estados a atuarem sempre de forma racional. Ideia também partilhada por Gilberto Safarti (2005) quando o mesmo afirma que nas Relações Internacionais o que leva os Estados a atuarem de forma racional, é a competição, resultando daqui que só os mais competitivos e os melhores adaptados consigam a sobrevivência no sistema internacional.

G. Rosas Duarte (2011:10) explica que para a mudança estrutural ocorra, tal como Waltz defendeu, que é indispensável que haja então uma alteração na posição que as partes ocupam no sistema. Este autor pegando na obra de Waltz, Kenneth (2002), indica que a estrutura do sistema rege-se por três pilares fundamentais: o princípio do ordenamento, pelo caráter das unidades e pela distribuição das capacidades.

O primeiro pilar trata a questão do princípio ordenador. Tomando o sistema internacional como anárquico e descentralizado, acaba por ser o sentimento egoísta e

competitivo dos atores, que coloca o sistema como sendo organizado de modo racional, como nos indica Andressa M. Santos (2012:90). Já G. Rosas Duarte (2011:10), faz referência que os sistemas internacionais são caracterizados pela espontaneidade e que são involuntários, porque depois de estabelecidos, os Estados não têm mais controle e passam eles próprios a serem constrangidos por eles. Neste tipo de sistema internacional, impera a auto-ajuda e a preocupação pela sobrevivência, fazendo com que a anarquia constranja o comportamento dos Estados, pois ora os pune ou recompensa, embora eles tenham a legitimidade de atuarem da forma que lhes pareça mais favorável. Este princípio releva que só podem ser consideradas como mudanças estruturais, as alterações que passem de uma base da ordem anárquica para hierárquica.

O segundo pilar desta estrutura, trata o caráter das unidades. G. Rosas Duarte (2011:10) começa por indicar que são os Estados, as unidades do sistema político internacional e que todos têm as mesmas funções internas e externas. Assim, para o autor apesar das diferenças internas como o território, a população ou a riqueza que cada Estado contém, acabam por serem todos são semelhantes por serem unidades políticas autônomas. A ideia principal é que os Estados são semelhantes em relação às tarefas que enfrentam, internas ou externas, todavia não significa que sejam semelhantes em capacidades de desempenhar cada uma dessas tarefas.

Sobre este segundo pilar Andressa M. Santos (2012:90) afirma que:

Segundo Waltz, os Estados têm a característica de serem soberanos, decidindo por si só como gerenciar problemas internos e externos. Desse modo, a diferença entre os atores é dada por variações da capacidade de executar e gerenciar determinadas funções. Na política internacional, essa capacidade deve ser analisada comparativamente a outros Estados. É essa capacidade relativa, principalmente no que se diz respeito à segurança nacional, o elemento central das relações entre os Estados.

Por último, o terceiro pilar trata da distribuição das capacidades. Quanto a este ponto G. Rosas Duarte (2011:11) indica que segundo Waltz a distribuição das capacidades não é uma particularidade das unidades, mas sim da estrutura, tendo em vista a colocação ou orientação que cada Estado visa ocupar. Esta distribuição acaba por ser um conceito sistêmico e uma alteração dessa distribuição de capacidades (internas ou externas) é potenciadora de gerar mudanças na estrutura, que acontecerá por meio de alianças.

A partir destas contribuições, Waltz distancia-se do realismo Clássico pois, o Neorrealismo encara que a política internacional é definida por constrangimentos estruturais, que podem ter consequências inesperadas. Ideia presente no excerto de G. Rosas Duarte (2011:12):

As características do sistema internacional, a preocupação com a sobrevivência, as relações de poder num ambiente anárquico e de auto-ajuda, assim como a propensão ao conflito, deixam de ser interpretadas através do paralelo com a natureza humana e a partir do papel dos governantes e indivíduos. O sistema internacional passa a ser entendido a partir de uma visão sistêmica, destacando o fato de ser a estrutura a responsável por constranger o comportamento dos Estados.

Para esta autora, o Neorrealismo coloca o epicentro analítico na estrutura do sistema, ao invés dos realistas clássicos, que o colocavam esse enfoque no papel dos governantes e da natureza humana. Desta forma, o Realismo Clássico e o Neorrealismo diferem sobretudo pelo nível de análise que adotam. Como indica Thales de Castro (2012:327) enquanto o primeiro encara a relação entre os estados, tendo por base o comportamento dos homens e uma análise tradicional ou qualitativa, o Neorrealismo interpreta a política internacional através dos atributos da estrutura do sistema e da capacidade que ela possui para moldar o comportamento das unidades e que recorre a uma metodologia mais científica, utilizando métodos quantitativos, como identifica João Nogueira e Nizar Messari (2005).

Porém, como não existem ideologias perfeitas, também o Neorrealismo tem as suas "limitações" e esta última questão ligada à metodologia mais científica acaba por ser uma das limitações desta ideologia. Dagios Magnus (2011:281) demonstra que Waltz quando pensava no Neorrealismo, pensava-o como uma teoria científica, usando os moldes das ciências naturais, com as devidas adaptações, pelo facto de trabalhar com um tema que não pode ser testado em espaços limitados. Assim, por um lado Waltz pretendia uma teoria científica, positivista e que seguisse as regras da lógica, por outro, ele permanecia enraizado às bases da ideologia do Realismo Clássico tradicional. Daí a sua ideologia ser considerada uma teoria científica, parecer um pouco abalada.

Sendo a finalidade deste trabalho, uma análise extensiva e demonstrativa duma característica da Guerra Fria (Guerras Substitutas, no caso angolano), importa perceber a diferença do conceito de bipolaridade para Waltz, em relação ao conceito dos Realistas Clássicos.

Como sugere Luiz Fernando Horta (s.d:60/61):

A ideia de bipolaridade foi primeiramente apresentada em 1948 por Hans Morgenthau em sua obra "A política entre as nações". Em Morgenthau, percebe-se o conceito de bipolaridade como tributário de duas linhas de raciocínio distintas: do conceito de balança de poder e da ideia de estabilidade. Para o autor, um polo constitui-se como força dentro do espectro internacional quando "materialmente" sua relação com os demais Estados se torna tão desigual em função da "disparidade de poder" que o "equilíbrio não pode ser alterado de modo decisivo" por eventuais mudanças de alinhamento de um ou outro Estado. Assim, polo define-se pela comparação material entre si e outros Estados e, também, pela estabilidade que oferece ao sistema engendrando "alinhamentos" na política internacional.

Luiz Fernando Horta (s.d:61) indica que o conceito de bipolaridade para Morgenthau, oscilava entre uma ideia sistémica, baseada na força entre as potências e a outra estrutural, baseada na posição das grandes potências. Para Morgenthau existia uma grande disparidade de poder entre os países de primeira categoria, onde surgiam os Estados Unidos e URSS e os demais países mesmo que combinados. A alteração do equilíbrio de poder que era multipolar, para bipolar entre Estados Unidos e URSS, deveu-se à comparação e distribuição do poder. O poder destas potências tornou-se de tal modo avassaladora, que acabou por determinar o equilíbrio de poder entre estes dois.

Este mesmo artigo ilustra que para Morgenthau o equilíbrio tem duas explicações. A primeira explicação deste equilíbrio era pelos pratos duma balança, noutro pela posição destes dois países dentro do sistema. O primeiro caso, acaba por ser um referencial meramente comparativo, já o segundo, torna-se um referencial competitivo, pois orienta posições opostas numa realidade bidimensional no aspeto internacional. Todavia, o poder como referencial comparativo, apenas poderá acontecer, se existir uma rivalidade entre os Estados e é necessário que eles manifestem um "animus" como Morgenthau indicou na sua obra:

Em Morgenthau, segundo sua interpretação, a rivalidade surgida da bipolaridade é fruto da vontade dos países-polo e não de um constrangimento estrutural, conforme destaca Waltz. O conceito de Waltz diz que há uma relação estrutural da bipolaridade em que os Estados se colocam conforme suas capacidades (...) É necessária essa afirmação, pois, no caso de o poder como referencial estrutural, a rivalidade entre os polos é inerente à configuração bidimensional. Na bipolaridade estrutural (Waltz), não há a necessidade de as nações manifestarem hostilidade, ela existe, necessariamente, por condição de configuração internacional. Nesse ponto, os Estados estão dispensados de apresentarem o "animus" de rivalidade, pois, indiferente a sua postura, a condição estrutural do sistema coloca-lhes como rivais, evidenciando a diferente abordagem entre Morgenthau e Waltz, Luiz Fernando Horta (s.d:62)

Waltz aborda o conceito de bipolaridade como algo existente num nível estrutural, tentando vincar a sua diferença da visão de Morgenthau. Para Waltz, a bipolaridade não é fruto do equilíbrio de poder, mas sim da característica estrutural da distribuição de capacidades dos Estados, numa dinâmica internacional anárquica. É a distribuição das capacidades que acaba por definir a polarização. Deste modo, fica demonstrada a diferença entre o conceito de Waltz e Morgenthau, sendo que o conceito de Waltz, é consideravelmente mais tributário do mecanicismo que Morgenthau.

Por último, e para o estruturalista Waltz, o sistema bipolar é o mais estável, pois um sistema multipolar com vários Estados tentando impor as suas vontades, deixa o sistema internacional altamente instável.

1.5 Guerras Substitutas ou "*Proxy Wars*"

A Guerra Fria é visivelmente um conceito demasiado complexo e abrangente, assim esta investigação propõe-se escarpelizar "apenas" uma das "faces da Guerra Fria, que são as Guerras Substitutas ou "*Proxy Wars*" e neste caso em concreto, a Guerra que ocorreu em Angola. Assim sendo, após a abordagem conceptual ao Neorrealismo ou Realismo Estrutural (que teve por base também ela uma análise do realismo Clássico) reunimos as bases teóricas para de uma forma mais consistente analisarmos, em concreto, este conceito de Guerras Substitutas.

Victor Marques dos Santos (2014:435) define o conceito de Guerras Substitutas como sendo conflitos bélicos que tendem a ser instigados por uma potência, mas acaba por não

participar de forma direta no conflito. Está então implícito neste tipo de conflito que a causa é a representação dos interesses duma determinada potência. Ao utilizar-se este termo, alude-se por regra a guerras nas quais os oponentes acabam por utilizar as terceiras partes, como substitutos na condução material do conflito.

Conforme referido anteriormente, o Supletivo - EJA indica que um dos três instrumentos do conflito utilizado durante esta Guerra, foi sem dúvida as Guerras Substitutas, ideia também partilhada por Eric Hobsbawm (1995) que nos indica que a Guerra Fria não foi uma Guerra de conflitos, mas sim de ameaças. Em 43 anos de Guerra Fria, nunca existiu, nem poderia existir, um confronto direto entre os EUA e URSS, afirmando que não houve uma "Guerra quente", mas talvez tenha havido uma "Paz fria".

Também Rodrigo Fernandes More (s.d:3/4) considera que, apesar de não ter havido confrontos diretos entre os EUA e URSS, ainda sim pode-se falar em "Guerra":

Já que guerra, adotada a conceção hobbesiana para o termo, não é somente batalha, mas também a clara e expressa vontade de disputar pela batalha, durante certo período de tempo. A guerra fria foi isso, uma guerra de ameaças, de ameaças nucleares e de extinção de toda a humanidade. Durante todo o período da guerra fria a humanidade conviveu com o constante temor de extermínio da humanidade pelas armas nucleares, temor maximizado pelo desconhecimento leigo da energia nuclear e pela instabilidade das relações entre EUA e URSS. Até mesmo os mais incrédulos com a possibilidade de uma guerra não excluía, em absoluto, a possibilidade de que ela ocorresse.

Já Victor Marques dos Santos (2014:435), nesta mesma linha de pensamento indica que:

"A expressão ganhou ocorrência durante o período bipolar, no qual as superpotências que lideravam os dois grandes blocos se embrenharam numa Guerra Fria em que tanto norte-americanos como soviéticos cautelosamente evitavam conflitos diretos cujas consequências poderiam ser catastróficas para todos dadas as armas de destruição em massa que ambos possuíam".

Fruto desta impossibilidade de confronto direto entre os dois polos beligerantes, levou inevitavelmente a um conflito, que recorria às Guerras Substitutas ou "*Proxy Wars*" (ou conflito indireto). Tal como aparentemente parece ter acontecido em Angola e que acaba por ser o maior objetivo de investigação desta dissertação. Demonstrar que a Guerra Civil angolana, foi mais do que apenas uma Guerra Civil, acabando a mesma por se definir como sendo uma Guerra Substituta, representativa dos dois polos hegemónicos da Guerra Fria como teremos oportunidade de dilucidar mais adiante no decorrer do próprio processo de pesquisa.

Capítulo II - Enquadramento Histórico

2.1 História de Angola

Conforme relata G. Resende (1973) Portugal chega a Angola, em meados de 1482, numa expedição comandada pelo navegador Diogo Cão, território pertencente ao Reino do Congo, onde Nzinga-a-Nkuwu era o mais alto representante daquela região densamente habitada e cuja área de influência, se estendia desde o enclave de Cabinda, a norte, até a atual capital de Angola, a sul. Na altura, a presença portuguesa foi caracterizada sobretudo pela evangelização e pela implementação territorial de padrões que essencialmente simbolizavam a posse de terra, sendo os Mani-Kongo os primeiros habitantes a serem convertidos ao cristianismo.

Como indica Agostinho Silva (2014:45) pouco a pouco, os descobridores portugueses, foram espalhando a sua doutrina religiosa, auxiliados pelo sentimento amistoso das populações autóctones, que demonstravam uma grande vontade em aprender os costumes e os hábitos que os portugueses levavam consigo, até que Angola tornou-se colónia portuguesa em Fevereiro de 1575, com a chegada de Paulo Dias de Novais, que levou consigo 400 soldados e cerca de 100 famílias de colonos. Luanda só se tornaria cidade em 1605, tendo sido o primeiro governador, Pedro Cesar de Menezes.

César L. Filomena (2008) conta que o principal rival que os portugueses encontraram foi o povo de *Matamba*, que desenvolveu e encabeçou o Ciclo de *Kuango* junto a *Kassange*, pois estes contavam com o privilégio de ser parceiro comercial dos franceses através da rota de *Loango*, empreendendo um último esforço de resistência sobretudo nos territórios próximos de Luanda, que Portugal só consegue superar quando o domínio português se estende para Leste e para Sul.

O ano de 1896 veio dar origem a um novo período de controle de Portugal em Angola, que após a ocupação definitiva da região do Planalto habitado pelos *Ovimbundos*, deu origem a um período de consolidação dos domínios portugueses em Angola, com a demarcação definitiva das fronteiras e o completo desmembramento dos reinos existentes no território da colónia, conforme Centro de Estudos Angolanos (1965:18).

A Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás - UEG (2011) faz referência que com a implantação de um regime republicano em Portugal em 1910, o governo da república liberalizou as relações de trabalho, acabando assim definitivamente com a escravidão em Angola e a colonização entrou em uma nova etapa, iniciando a exploração intensiva de diamantes, mas o desenvolvimento económico só teve início de forma mais significativa em finais da década de 1930, com o início da produção de café, de sisal, de cana do açúcar, de milho e de outros produtos destinados à exportação, tendo-se desenvolvido ainda

a exploração dos minérios de ferro. Nestas décadas de 1930 e 1940 o governo português de Salazar incentivou a emigração dos portugueses para as colónias ultramarinas. Em Angola, o reflexo deste incentivo foi o aumento de população branca de 30.000 habitantes em 1930, para os 44.000 em 1940 e de 172.000 em 1960.

A juntar a este incentivo governamental, a alta dos preços do café a partir de 1945, originou que Portugal criasse incentivos para que os colonos portugueses incrementassem a produção de café, facilitando para isso, o acesso dos colonos às áreas mais produtivas do país, que se encontravam na região norte de Angola. Para conseguir tal objetivo, Portugal retirou os pequenos agricultores africanos daquela região, colocando-os como mão-de-obra à disposição dos grandes latifundiários e das companhias ligadas à produção de café. Como tal medida decorria de forma mais lenta que o previsto, alguns anos mais tarde optou-se por se sobretaxar a agricultura, obrigando assim os pequenos agricultores a abandonarem as suas terras, que o próprio governo da metrópole havia anteriormente incentivado a ocupar, como nos indica o Centro de Estudos Angolanos (1965).

A burguesia crioula e local, maioritariamente formada por mestiços e negros, foi desta forma completamente ignorada e subjugada pela política hegemónica da colonização portuguesa, tendo os imigrantes portugueses ocupado os espaços de direção da Colónia e de desenvolvimento económico, que antes pertenciam à burguesia crioula e local. Todavia, na década de 1950, com a política governamental que retirou os colonos brancos imigrantes das melhores terras agrícolas, entregues às grandes companhias para a plantação de café, colonos e crioulos passaram a convergir opiniões críticas sobre a Metrópole, abrindo o caminho para o fortalecimento do sentimento de nação como comunidade politicamente imaginada, e encorpendo o antagonismo à política da Metrópole, como demonstra César L. Filomena (2008).

2.2 O Surgimento do Sentido Nacionalista em Angola

2.2.1 A Importância do Pan-Africanismo

Pedro P. Correia (1998:359) afirma que a resistência à colonização em África, começou com a própria colonização. Ou seja, no processo de colonização e descolonização, marcharam simultaneamente como movimentos antagónicos, mas inseridos numa mesma realidade. O resultado da convivência destes conceitos, após um longo período marcado pela resistência à ocupação, foi o surgimento gradual de movimentos de descolonização em África, pouco depois da Primeira Guerra Mundial, contra a vontade das potências colonizadoras, que pretendiam preservar o seu estatuto.

Como afirma Pedro F. Chimanda (2010:22):

É em pleno século XX que se inaugura aquilo que se chama o período de reconhecimento do poder e da edificação das soberanias no continente africano. Dá-se então um novo posicionamento no delineamento do pensamento do homem africano na busca da sua afirmação política e intelectual, apesar da sua fraqueza ao nível de instrução académica. Perante a crescente afirmação da política europeia para a África, a necessidade de não apenas defender-se do domínio externo, mas revoltar-se também contra essa dominação em ordem a obter o seu termo, passava a constituir um imperativo.

Muanamosi Matumona (s.d) aponta que o maior dos objetivos dos intelectuais africanos, era fazer parte do sistema mundial das nações. Este processo de descolonização africano foi bastante moroso e problemático, o que acabou por despertar a atenção e reflexão de afro-americanos como William Burghardt Du Bois, Marcus Garvey, entre outros. Estes haviam de ser os pioneiros a liderarem encontros que a partir de 1919, se denominariam em congressos Pan-africanos, que se definiam pela crítica ao sistema colonial, ao imperialismo e à superioridade dos ocidentais sobre os africanos.

Um possível conceito de Pan-africanismo é introduzido por Leila L. Hernandez (2005:138) " *movimento político-ideológico centrado na noção de raça, noção que se torna primordial para unir aqueles que a despeito de suas especificidades históricas são assemelhados por sua origem humana e negra*".

Contudo, Érica R. Almeida (2007:2) expõe que o pan-africanismo, enquanto movimento político e ideológico, acaba por nascer fora da África. Este conceito ganha força ainda no século XIX, com os negros da diáspora que se uniram contra a discriminação e subjugação a que eram sujeitos nas colónias americanas. As bases teóricas do pan-africanismo, são lançadas por Alexander Crummell, que difunde no seu pensamento, o conceito de raça que por sua vez será o núcleo da sua visão para os negros e para África. Na sua assunção, África é a pátria da raça negra e que ele como negro tinha direito de falar, atuar e planejar o futuro de África, como seu legítimo representante. Ou seja, para ele a ideia de África enquanto uma unidade, advinha do fato dela ser a pátria dos negros.

Kwame A. Appiah (1997:22) indica que as ideias expressas por Crummell nos seus textos, inauguraram a temática do pan-africanismo, pois as ideias traduziam a ideia de um povo negro, que constituiria uma certa unidade e que era no continente africano, o seu lugar. É por causa da sua conceção, da existência de um único povo reunido num mesmo espaço, que consequentemente dá origem a uma unidade política, salientando Crummell que o Inglês deveria ser o idioma a utilizar na formulação de um estado negro africano, ideia embutida também no espírito do nacionalismo europeu, que previa a utilização de uma única língua para promover a unidade nacional.

Érica R. Almeida (2007:3) estabelece de forma clara uma ligação entre o pan-africanismo e o nacionalismo em África, referindo que o percurso do pan-africanismo está intimamente relacionado com a trajetória do nacionalismo africano, pois ambos os conceitos incorporam o conceito de raça da mesma forma. Esta autora afirma que:

Embora falemos do conceito de raça como fundamental componente do movimento pan-africanista e sua influência no nacionalismo africano o objetivo do texto não é discutir o conceito nem suas implicações e sim situar o leitor das bases desse movimento e os desdobramentos mais significativos. Entende-se por raça um conceito diferenciador dos homens que por sua vez, a partir de critérios físicos ou morais determina a diferença entre os mesmos. Derivado desse termo surgiu a palavra racismo.

Para Zeferino Capoco (2013:48) o pan-africanismo surgiu como uma vertente exclusivamente política do nacionalismo africano e acabou por se tornar a principal corrente de ideias inspiradoras para a revolução africana anti-colonial. Para este autor, o pan-africanismo ganhou um maior realce e destaque após a contribuição de vários afro-descendentes como William Edward Burghardt Du Bois, por muitos considerado o pai deste movimento Marcus Garvey e Henry Sylvester-Williams.

Du Bois baseando-se nos princípios formulados por Wilson⁶ acaba por formular uma petição aos países que saíram vitoriosos da I Guerra Mundial, com o intuito de estes adotarem uma Carta de Direitos Humanos destinada ao povo africano, proposta que assentava na igualdade racial e de se promoverem cinco Congressos Africanos que deveriam ocorrer entre 1919 e 19545 como elucida P. Garcia (2003:57).

Érica R. Almeida (2007:7) salienta a criação de Du Bois, da Associação Universal para o Aprimoramento do Negro (UNIA), caracterizando-o como um líder carismático que se auto-propôs promover a emigração de negros de volta para África, tendo elegido a Libéria como o local para o início da formulação de uma nação negra. É a partir desta associação que o pan-africanismo começa a incorporar no seu discurso uma perspectiva anticolonial, pois até então o seu discurso era apenas sobretudo dirigido à colonização britânica, o que serviu mais tarde como ponto de partida para o restante continente.

Os trabalhos de Henry Sylvester-Williams, encontram em Du Bois a sua força impulsionadora. A conceção do Pan-africanismo como movimento que apelava para o despertar africano, perante o domínio do Ocidente, recebeu desta forma a sua força matriz política e nacionalista que justificou a reclamação da dignidade africana e procurou cativar novos modos de politização das massas africanas. Este seu fio de politização pan-africano, encontrou em Kwame Nkrumah um grande defensor, manifestando-se este, como um dos maiores expoentes da ideologia do movimento em África, conforme José Eduardo dos Santos (1968:65).

Kwame Nkrumah também ele acerca do pan-africanismo afirmou que "a filosofia da revolução africana em três componentes políticas dos nossos movimentos de libertação, nomeadamente: o Nacionalismo, o Pan-africanismo e o Socialismo", exerto retirado de Martin Minongue e Judith Molloy (1974:2). Assim, o pan-africanismo acabou por se definir como movimento anti-imperialista que idealizava um governo africano, para os africanos, que

⁶ "Thomas Woodrow Wilson (1856-1924) foi presidente dos Estados Unidos da América durante o período de 1912 a 1921. Foi a figura chave da Liga das Nações, organização fundada durante a Primeira Guerra Mundial para manter a paz internacional" retirado de Silva, Agostinho (2014:62).

respeitasse as minorias raciais e religiosas que desejassem viver no continente africano, como indica Zeferino Capoco (2013:50).

Assim, por toda África, onde se fazem também sentir as vozes da Negritude⁷, foi manifestada uma condenação do imperialismo e da discriminação tidos como condicionantes de todos os esforços políticos da construção africana. Enquanto o Pan-africanismo eminentemente político, no dizer de Nkrumah, chamava a atenção para denunciar as diferentes formas que o colonialismo e o imperialismo podiam tomar no aspeto político, prevenindo assim a tomada de medidas coerentes de defesa, a Negritude apelava para uma emancipação cultural que formaria uma identidade e autenticidade próprias dos africanos. Se, no entanto, o Pan-africanismo e a Negritude têm, à nascença, vias diferentes de conquistar a emancipação dos africanos (a via cultural e a via política), é certo que os dois movimentos vieram confluir na ideia da libertação político-cultural do africano e de toda a África." afirma Capoco, Zeferino (2013:53).

Com base nestes autores e no seu pensamento pan-africano, surgiu no I Congresso Pan-Africano em 19 e 20 de Fevereiro de 1919, intitulado de "A Proteção dos Indígenas da África e dos Povos de Origem Africana. Deste primeiro Congresso J. Santos (1968:82) indica que as principais conclusões foram:

1. As potências aliadas e associadas deveriam estabelecer um código jurídico para a proteção internacional dos indígenas de África, semelhante ao código internacional promulgado para o trabalho;
2. A Sociedade das Nações deveria criar uma repartição encarregue de vigiar a aplicação das leis no bem-estar político, social e económico dos indígenas;
3. A governação "dos negros do mundo"(os indígenas de África e os povos de ascendência africana) deveria reger-se aos princípios expressos na Carta destinada aos africanos.

Agostinho Silva (2014:63/64) identifica ainda os Congressos seguintes. O segundo foi realizado durante o ano de 1921, em três países diferentes, o terceiro realizou-se em 1923, contando com duas seções, uma delas em Lisboa. O quarto Congresso foi realizado em 1927 em Nova York e contou com a participação de mais de 200 delegados provenientes de diversos Estados americanos e de vários países europeus, ampliando a projeção da ideologia Pan-Africanista na conjuntura internacional.

Este mesmo autor refere ainda que o tempo entre 1927 até 1945, a ideia Pan-Africana desvaneceu-se, retomando novamente posição na agenda mundial nesse mesmo ano em Manchester, onde se realizou o quinto Congresso. Neste Congresso, pela primeira vez foram discutidas as questões da independência imediata, plena e absoluta dos povos que se encontravam sob o jugo colonial foram reivindicadas. Para Agostinho Silva (2014:65) este

⁷ A Negritude tem a sua origem nos movimentos culturais protagonizados por negros, brancos, mestiços que, desde as décadas de 10, 20, 30 do século XIX, vinham lutando por renascimento negro (busca e revalorização das raízes culturais africanas, crioulas e populares). De salientar que o termo "Negritude" aparece pela primeira vez, escrito por Aimé Césaire, em 1938, no seu livro de poemas, "*Cahier d'un retour au pays natal*". retirado de <http://www.prof2000.pt/users/hjco/alternativas01/pag00009.htm> em 18 de Março de 2015.

acabaria por ser o Congresso mais importante, uma vez que foram realmente debatidos de forma direta os problemas de África, que se traduziu num conjunto de resoluções mais rigorosas, o que foi um grande desafio e uma grande ameaça para as potências coloniais.

Outro ponto fulcral para o Pan-Africanismo foram também as Conferências Pan-Africanas, por muitos consideradas como uma segunda corrente do pan-africanismo, passando de um Pan-africanismo rácico para um Pan-Africanismo político, como indica F. Amorim (2010:105).

As duas primeiras conferências aconteceram em Tânger, onde se destacou a admissão da luta subversiva e a segunda em Accra, onde fez parte do debate a discriminação racial, a colaboração económica, o futuro dos estados ainda dependentes de África e a criação de uma organização pan-africana permanente. Da primeira, afirmava-se então a adesão dos africanos aos princípios da Carta das Nações Unidas, à Declaração Universal dos Direitos do Homem e à Declaração da Conferência de Bandung. Da segunda, saiu uma recomendação para a marcação de uma data para a independência de cada um dos territórios coloniais, como expõe P. Garcia (2003:60).

Assim num contexto político em que se tentava efetivar a combinação de todas estas ideias e resoluções estruturantes, também em Angola, surgem ativistas que começavam a sonhar com uma unidade de objetivos e desenvolvem o sentimento nacionalista angolano, como indica Zeferino Capoco (2013:52).

Importa no entanto referir que após estas conferências, muitas outras se seguiram sobretudo nas décadas de 50 e 60, sempre levando à discussão os princípios pan-africanos, contudo, o desejo independentista dos povos africanos não se deveu apenas a estes Congressos e Conferências. Agostinho Silva (2014:70) demonstra e salvaguarda o importante apoio político e jurídico concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU). pois a partir de certa altura, houve uma constituição de um grupo de pressão permanente na ONU, por parte dos países colonizados, que até então não figuravam nesta organização, pois eram sempre representados pelos seus países colonizadores. Para esse acontecimento, muito contribuiu a alteração na composição da Assembleia Geral da ONU com a inclusão de vários Estados, que recentemente tinham adquirido a sua independência, que através dos seus votos influenciaram as votações e subsequentemente as decisões ali tomadas, contribuindo assim para uma afirmação do Neutralismo africano.

2.2.2 A Influência da ONU (âmbito geral)

Agostinho Silva (2014:71) ao salientar a importância da ONU no desenvolvimento das independências dos povos e nações africanas, começa por referir que o princípio à autodeterminação, ganha forma e poder com a independência dos Estados Unidos da América em 1776 e acabou por ser incutido na Carta das Nações Unidas nos artigos 1º e 55º, sendo que as ideias subjacentes a este conceito de autodeterminação, foram em muito impulsionadas com

o libertar de territórios ocupados pela Alemanha, após esta perda a Segunda Guerra Mundial, propagando-se pouco a pouco para todos os territórios europeus.’

Um benefício para os povos africanos iria tornar-se a redação declaração de apoio à independência dos países africanos, que foi aprovada pela Resolução 1514, por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 14 de Dezembro de 1960. Nesta, aprovou-se a concessão da independência aos países coloniais. Nesta resolução, constavam nas suas diretrizes as medidas imediatas nos territórios não autónomos e em todos que ainda não eram possuidores de independência. Indiciava ainda, que a transferência de poderes deveria ocorrer sem nenhuma reserva e conforme a vontade popular, que resultaria numa votação livre sem distinções e que toda a tentativa de importunar uma unidade nacional iriam constituir atos que seriam contra a Carta da ONU.

Para A. Pereira e F. Quadros (1993:541) esta Resolução 1514 era um grande avanço pois, a Carta da ONU apenas enumerava princípios, enquanto a Resolução permitia fazer a ligação entre esses princípios, com os direitos dos países a esses mesmos princípios. Nesta Resolução, a autodeterminação é a própria independência. Para que tal ocorresse da maneira mais imparcial possível, a Assembleia Geral da ONU obrigava a informar, quando um território se tornasse geograficamente separado e distinto étnica e culturalmente da potência colonizadora, como quando o contrário ocorresse.

O resultado destes intentos, como demonstra A. Moreira (1995) é que por falta de conversações com as populações, a consequência das sucessivas independências, acabou por transferir o poder dos países colonizadores, para os movimentos de libertação dos países que alcançavam essa independência, tal como foi o caso de Angola e que veremos mais à frente neste trabalho.

Como relata P. Garcia (2010:81) importa salientar no contexto deste trabalho, que após o conflito da Segunda Guerra Mundial a questão do anticolonialismo passa a ser um dos pontos mais importantes da agenda política mundial. Como tal, e pelo contexto internacional que vimos no primeiro capítulo, também foi uma questão de grande importância para os EUA e para a URSS. Estas duas superpotências assumiam uma posição de quase abstração quando o problema colonial não envolvia nenhuma das duas potências, mas tinham posições bastantes convictas quando estavam presentes interesses de qualquer uma, como foi o caso de Angola.

2.2.3 A Influência da ONU (no processo de descolonização portuguesa)

Portugal acaba por aderir ao Conselho da ONU em 14 de Dezembro de 1955, o que desperta por parte da Assembleia daquela organização, um interrogatório sobre os territórios colonizados por Portugal. A resposta dos representantes portugueses foi a de que Portugal não detinha territórios dependentes, pois eram automaticamente independentes com a própria independência portuguesa. Dois anos mais tarde, a ONU procurou provar a existência de

territórios dependentes a Portugal, mas desta vez Portugal defende-se, citando que a Constituição portuguesa, não reconhecia a existência de territórios não autónomos e por consequência não havia partes da Nação, que tivessem um estatuto internacional e outros não, tendo ainda replicado que as Nações Unidas não teriam competência para analisar as Constituição nacionais, apenas e só Portugal poderia saber e avaliar quais as limitações que a sua Constituição impunha, como nos mostra F. Nogueira (1961:423).

Perante esta argumentação portuguesa, Agostinho Silva (2014:73/74) indica que a ONU reage com a aprovação por parte da Assembleia Geral da ONU da Resolução 1467, aprovada em 12 de Dezembro de 1959, onde constitui uma comissão especial de seis membros, com o intuito de analisar os princípios de que todos os membros ficariam obrigados à prestação de informações sobre os seus territórios não autónomos, sendo que tais territórios seriam aqueles que estivessem separados geograficamente da metrópole e que possuísem uma distinção étnica e cultural do país que o administrasse, o que ficaria conhecido como o Relatório dos Seis.

Este mesmo autor, expõe em seguida que com base nos princípios deste Relatório dos Seis e com a criação da Resolução 1541, a ONU considerou Cabo-verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Goa, Macau, Timor e S. João Baptista de Ajuda, como territórios não autónomos, o que permitiu concluir que Portugal ainda praticava o colonialismo nestes territórios africanos.

M. Martins (1986:91) afirma que é evidente que a ONU, sempre tentou através de várias Resoluções controlar, limitar e inclusive tentar extinguir a natureza colonizadora, pois considerava urgente o alargamento do direito de autodeterminação, impondo até algumas imposições às potências colonizadoras que não o fizessem por vontade própria.

Após mais uma Resolução, neste caso a Resolução 1807, aprovada em 1962, a ONU lança mais um repto a Portugal, pelo facto de ainda não ter concedido a autodeterminação aos territórios por si administrados, mas Oliveira Salazar proferiu que não era viável proporcionar a divisão de territórios sem uma unidade sólida. Com esta resposta, aliado à recusa para Portugal participar nos trabalhos do Comité e ainda a recusa de receção de uma delegação da ONU, Portugal começou a sofrer um progressivo isolamento, devido à erupção de nacionalismos, o que fez perder o apoio dos países ocidentais, pois era notório um contraste entre as políticas descolonizadoras desenvolvidas nas colónias inglesas e francesas e as poucas encetadas pela nação portuguesa. Com esta atitude, Portugal apenas atrasava o processo por alguns anos, acabando por incentivar ainda mais o surgimento e o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas, como indica A. Telo (1994:250).

Como resume Agostinho Silva (2014:75/76):

Numa perspectiva geral, as Resoluções 1514 (XV), 1541 (XV) e 1542 (XV) possibilitaram o início de uma nova fase no envolvimento das Nações Unidas no processo de descolonização dos países da África Lusófona. Nos anos subsequentes, houve uma intensa campanha contra o colonialismo português, provendo a Organização de uma nova «política» para que se procedesse à rápida descolonização e, daí, possibilitando a participação ativa dos Movimentos de Libertação das colónias portuguesas nas atividades da ONU. As pressões internacionais exercidas sobre o Estado Português foram fundamentais para a legitimação da luta empreendida pelos

Movimentos de Libertação, culminando com a autodeterminação e como independência dos territórios africanos.

2.2.4 A Influência da Organização de Unidade Africana (OUA)

Esta organização nasce em 22 de Maio de 1963 em Adis-Abeba, inicialmente constituída por 30 países africanos e os seus objetivos constavam no artigo 2º da sua Carta fundamental e passavam por:

"Reforçar a unidade e a solidariedade dos Estados africanos; defender a sua integridade territorial e a sua independência; coordenar e intensificar a sua cooperação e os seus esforços para oferecer melhores condições de assistência aos povos africanos; favorecer a cooperação internacional de acordo com a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos; eliminar, sob todas as formas, o colonialismo em África" como nos mostra José Eduardo dos Santos (1968:373).

A estratégia e o fundamento desta OUA era então orientado pela necessidade de desenvolvimento de um organismo que acolhesse e orientasse, os novos Estados africanos, conferindo-lhes uma orientação e enquadramento continental, num contexto internacional caracterizado pela Guerra Fria e onde África procurava emergir enquanto entidade coesa num cenário fortemente bipolarizado, como refere Agostinho Silva (2014:76).

Este mesmo autor no entanto salienta que, apesar da existência de algumas sessões ordinárias do Conselho de Ministros da OUA nos anos que se seguiram, esta organização acabou por ser considerada ineficiente pois, apesar de ser constituída com o intuito de estabelecer uma Unidade Africana, esta nunca conseguiu efetivamente atingir tal propósito. Todavia, foi uma importante "voz" na resolução de grandes problemas africanos, sobretudo relacionados com conflitos entre grupos armados e acabou por ser um grande apoio, que as colónias portuguesas puderam contar contra a presença portuguesa em África, sendo uma aliado dos movimentos de libertação no caso de Angola, pois conseguia projetar o problema da independência angolana no panorama internacional.

2.3 História dos Movimentos independentistas em Angola

Como nos conta Muanamosi Matumona (2004:46) o surgimento dos movimentos nacionalistas angolanos remonta à década de 1950 e 1960 com o propósito de reivindicar e exaltar a cultura e os valores de uma nação africana. Neste seguimento, Pedro F. Chimanda (2010:26) descreve que:

Em Angola, a onda nacionalista na sua fase embrionária emergiu no norte do País com a UPNA, a UPA como cabeça de cartaz e, posteriormente, apareceram outros movimentos cuja semente revolucionária rapidamente se disseminou por todo território nacional, trazendo à flor da pele o sentimento de revolta que já era latente no seio dos independentistas angolanos da opressão e humilhação face ao domínio colonial.

Fernando L. C. Cascudo (1979) revela que estas duas décadas dão origem ao nascimento de vários movimentos populares de libertação angolanos, havendo por um lado os movimentos que defendiam um conflito direto e violento contra o colonialismo e, por outro lado, os movimentos que apontavam a uma cooperação com a cultura portuguesa, pois a cultura e a sociedade angolana foram muito marcadas pelas características sociais e culturais de Portugal. Porém, com o passar do tempo, ocorreram mutações e transformações de denominação dos movimentos, sendo no entanto obrigatório salientar o papel do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), o FNLA (Frente Nacional de Libertação do Leste) e a UNITA (União Nacional Para a Independência Total de Angola).

2.3.1 O MPLA

A constituição do MPLA não é unânime, existindo opiniões e ideias divergentes da data da sua origem. Contudo, um dado é certo, os seus dirigentes mais importantes pretendiam com a criação do MPLA, conceber uma anterioridade e uma interioridade histórica em relação ao nascimento da UPA (União das populações de Angola) em 1958, em Leopoldville, já que esta teve um carácter inicial estrangeiro, conforme E. Rocha (2009:206).

Assim, de acordo com Agostinho Silva (2014:110):

A tese sustentada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), este foi criado em 10 de Dezembro de 1956, data que coincide com o lançamento do Manifesto de Viriato da Cruz, na província de Luanda, o qual teria resultado da unificação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) com outros grupos nacionalistas.⁸

Outra versão conta que a criação do MPLA, teve início na Tunísia, na conferência de Tunes em Janeiro de 1960, local onde se realizou uma conferência pan-africana. Esta Conferência foi um marco para todos os movimentos de libertação da África Lusófona, pois a partir daqui, evidenciaram-se a um nível internacional ao se colocarem ao lado de organismos que representavam a ajuda na expansão da luta contra o Governo português, como adianta José M. Conceição (1999:93).

Assim após esta Conferência o MPLA instala-se na Guiné Conacri, país que concedeu a estes nacionalistas angolanos documentos de viagem, subsídios para a manutenção do MPLA, para deslocações ao estrangeiro, bem como apoios pecuniários a alguns dirigentes que não

⁸ Dentro destes grupos nacionalistas, estariam o Movimento para a Independência de Angola (MINA) e o Partido Comunista de Angola (PCA), conforme Francisco, Alberto A. C. (2013:17).

tinham profissão, como eram exemplo Mário de Andrade e Viriato da Cruz, conforme L. Lara, (2008).

Desta forma, o MPLA aspirava a ser um movimento de representação de todos os povos angolanos colonizados, pois um dos seus princípios era de que *"todo o conjunto de ideias não se converte em movimento político, a não ser que as mesmas sejam reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais"*, como indica F. Reis (2010:189). Contudo, Agostinho Silva (2014:115) realça que apesar do MPLA ser constituído essencialmente por indivíduos instruídos e com apetência política, tal não foi suficiente para que mantivesse uma relação privilegiada com a população, pois não possuía recursos simbólicos para o desenvolvimento da sua missão. Assim, em 1960 começam a surgir entraves ao firmamento deste movimento como pilar nacionalista, que acabou por levar a uma reestruturação deste movimento em 1962.

Para esta reestruturação, também muito contou a existência de alguns membros do Comité Diretor do MPLA, brancos ou mestiços, que levantaram algumas questões étnicas. Viriato da Cruz, Secretário-Geral do MPLA, procurou então impedir um desmembramento do movimento, por questões raciais e em Maio de 1962 Viriato da Cruz propôs a constituição de um novo Comité Diretor do MPLA, do qual faziam parte diversas individualidades e a ausência do próprio Viriato da Cruz.

Há que salientar que Mário de Andrade e Viriato Cruz, presidente e secretário do MPLA, entretanto reúnem-se com Álvaro Cunhal em Moscovo, onde pediram apoio ao PCP (Partido Comunista Português) para a fuga de agostinho Neto de Portugal, o que veio a acontecer em 30 de Junho de 1962 devido ao envolvimento de alguns membros do PCP, como menciona Mário Pinto Andrade (1977:178). Pouco tempo depois, ainda no ano de 1962, Fernando Tavares Pimenta (2006) faz menção de que até este ano, o MPLA tinha um Presidente, um Secretário-Geral e um Tesoureiro, mas a partir daí todas estas funções se concentravam em agostinho Neto.

2.3.2 UPA/FNLA

Conforme descreve Agostinho Silva (2014:101), a União das Populações de Angola (UPA) nasceu no grupo etnolinguístico Bacongo. Este grupo ocupava uma vasta área geográfica, desde o norte de Angola, até à orla marítima do Congo Francês e Belga, sendo o centro urbano mais importante do Reino no interior do território angolano, em São Salvador, acabando por se tornar a sua capital política e económica. Porém, com o passar do tempo, este grupo acaba por emigrar para o Congo Belga, em busca de melhores condições de vida.

R. Pélissier (1978:126) neste sentido, afirma que esta movimentação flutuante deste grupo, de um lado para o outro da fronteira angolana, era também fruto de razões comerciais, familiares e religiosas, mas que acabou por originar que uma boa parte dos Bacongos se instalasse na zona de Luanda, formando estes, pequenos grupos de comerciantes, enfermeiros,

e outros, que tiveram um papel muito importante na divulgação da mensagem nacionalista da UPA.

A morte do rei católico Congo em 1955, originaria várias mudanças internas neste grupo. Por um lado os Bacongo católicos, apoiados pelas autoridades portuguesas, defendiam que o futuro rei Ntolele deveria ter uma orientação católica, ao contrário dos bacongo protestantes que consideravam que fosse protestante. Estes últimos, estabeleceram inclusive contatos com representantes do Governo dos EUA e com missionários protestantes, nomeadamente M. Houser, que era a personalidade mais importante da organização anticolonialista americana, a *American Committee On Africa* (ACA), contatos esses, que se revelariam fulcrais para a orientação das atividades da UPA, como presente em IAN/TT. (1961).

Os documentos, referem que a UPA foi antecedida da UPNA (União das Populações do Norte de Angola). Esta União inicial havia sido criada em 10 de Julho de 1957, em Leopoldville e em Matadi, por iniciativa de um restrito grupo de Bacongos protestantes, que fora inicialmente dirigida por Nekaka. Contudo, em Novembro de 1958, a UPNA, influenciada por diversos missionários protestantes americanos e por vários líderes africanos, como Nkrumah, passa a ter a designação de União das Populações Angolanas, deixando dessa forma de ser um movimento regional.

Assim, a UPA expandiu-se durante 1959 e 1960, em toda a zona noroeste de Angola, sendo o seu público alvo, sobretudo os jovens, os trabalhadores os negros e mestiços assimilados. Resumindo, a UPA estando presente em todas as reuniões pan-africanas e nas sessões da ONU, surge nesta época como o único movimento angolano, que representava as zonas interiores e norte de Angola. O apoio da população às suas ideias, muito se deveu aos métodos de propaganda que utilizavam uma linguagem muito simples, de fácil compreensão e populista, chamando a atenção do povo angolano para a miséria que se vivia no interior do território angolano, como demonstra Agostinho Silva (2014:107).

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), acaba por surgir como uma frente comum da UPA com o Partido Democrático de Angola (PDA), que era um movimento político sobretudo composto por organizações solidárias de base etno-regional, que acaba por instituir o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) em Agosto desse ano, como nos indica L. Lara (1997).

2.3.3 A UNITA

J. Marcum (1978) elucida que a União Nacional para a Independência total de Angola aparece como terceiro movimento nacionalista angolano em Março de 1966, na província de Moxico, durante um congresso dirigido por Jonas Savimbi.

Importa referir que Jonas Savimbi, desempenhou até 1964, a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, Governo Revolucionário de Angola no Exílio, que tinha na sua

essência a UPA. Contudo, neste ano, Jonas Savimbi demitiu-se desse cargo acusando a FNLA, de se limitar a discursos evasivos, em vez de incentivar uma ação militar para libertar Angola, denunciando também o imperialismo americano e o tribalismo Bacongo que reinava naquele movimento. Estes factos, aliado ao não aceitar a influência soviética no MPLA, fez com que Jonas Savimbi, encetasse esforços para fundar um outro movimento, como menciona Agostinho Silva (2014:118).

Esta ideia de criação da UNITA surgiu na Suíça, em 1965, entre Jonas Savimbi e António Fernandes, os quais assumiram um compromisso de participarem na guerrilha no interior de Angola, como adianta E. Fernando (2012). Assim, contando com o apoio de militares e alguns políticos afetos à FNLA/GRAE, Savimbi fundou o Comité da Unidade Revolucionária Angolana (CURA), sendo considerado este, a base da criação da UNITA, que inicialmente era constituída por 60 indivíduos da sua confiança. Na conferência que originou a sua criação, foi desde logo aprovada uma constituição que afirmava que a independência de Angola só iria ser alcançada, com o recurso a uma luta armada contra Portugal, dentro de Angola, conforme Jonas Savimbi (1979).

Agostinho Silva (2014:121) ainda acerca da UNITA indica:

No que concerne à sua organização, a UNITA delineou comités locais que se destinavam principalmente a estabelecer novos postos no interior (especialmente no Luso), a explicar ao povo a razão da luta contra o colonialismo, a desenvolver uma campanha de alfabetização, a improvisar métodos de cultura e armazenamento de produtos, dar informações acerca do movimento das tropas portuguesas e criar corpos sanitários. Assim, o Movimento conseguiu em (relativamente) pouco tempo - e por vezes à custa do ataque seletivo aos chefes nativos e respetivas áreas de influência -, instalar centenas de células de constituição variável (habitualmente um presidente, o secretário, o tesoureiro e os polícias; às vezes, com vices e com segundos).

2.4. A Conquista da Independência e o Início da Guerra Civil

2.4.1 O Período entre 1961 e 1974

André K. M. Sebastião (2015:52) afirma que:

A data de início da luta contra o colonialismo português não é consensual, embora, para o Governo angolano, o 4 de Fevereiro de 1961 - quando um grupo ligado ao MPLA ataca a Casa de Reclusão Militar em Luanda e, prisão onde estavam os presos políticos, similarmente a sede dos CTT e a Emissora Nacional de Angola - seja o dia oficial do início da Luta Armada de Libertação Nacional.

Assim, houve duas grandes fases. A primeira, ocorreu até 15 de Março, a segunda começou a partir dessa data e foi uma fase claramente mais militar. Aquando desta data, a

população vivia um clima entre duas linhas de fogo, e repressão cega por parte dos colonos e, por outro, as ameaças e assassinios por parte de líderes de guerrilha que se afirmavam partidários da UPA. Relativamente à UPA, esta era considerada até 1965, o movimento mais ativo em Angola e simultaneamente o mais perigoso para os portugueses, pois levando a cabo a sua índole nacionalista e efetivou vários confrontos a nível político com o seu rival MPLA, como relata Douglas Wheeler e René Pélissier (2011:286).

A luta armada que foi efetivada pelos vários movimentos nacionalistas nos anos que se seguiram, só fez aumentar a insistência do regime salazarista em manter Portugal uno, não aceitando qualquer tipo de descolonização, o que impediu o surgimento de qualquer solução diplomática. Com o passar do tempo, chegou-se à conclusão que o final do conflito passava pela política e não pelo combate.

Começam então a nascer ideias em Portugal para resolver a situação, sendo um exemplo disso, a publicação do livro "Portugal e o Futuro" pelo general António Spínola, em Fevereiro de 1974, onde este admite que a colonização se encontrava num beco sem saída, defendendo uma solução política para resolver a situação. Nesta sequência, o Movimento das Forças Armadas (MFA) lança também um documento, onde reconhece que a solução política para o prolema ultramarino, tem como destino incontornável, a realidade incontroversa e irreversível da fundada aspiração dos países africanos a se governarem a si próprios, conforme António Pinto (2001:28).

2.4.2 O 25 de Abril e o Processo de Descolonização de Angola

André K. M. Sebastião (2015:61) afirma que:

Na manhã do dia 25 de Abril de 1974, Lisboa acorda com um golpe de estado militar executado pelo MFA que derruba o regime salazarista. Esse golpe, conhecido como Revolução dos Cravos, abriu caminho para a independência das colónias, uma vez que em termos ideológicos as ideias revolucionárias que circulavam pela metrópole e pelas colónias eram na essência as mesmas e os contactos entre os movimentos de esquerda africanos e portugueses eram por demais evidente.

Referente a Angola, o primeiro sinal acabou por ser a substituição do Governador-Geral, Santos e Castro, pelo Tenente-Coronel Soares Carneiro. Ficando este último consciencializado da missão de que estava incumbido, dadas as inquietações e exigências que as populações angolanas ansiavam para o futuro do seu território, como nos dá notícia Agostinho Silva, (2014:246).

Portugal através da Junta de salvação Nacional, acaba por em 9 de Agosto de 1974, tornar pública a estratégia que delineara para o processo de retirada das tropas portuguesas em Angola, que assentava em três grandes pontos: que o novo Governo em Angola seria estabelecido a partir de uma coligação entre os três grupos nacionalistas, uma Lei eleitoral que

deveria ser estabelecida e a eleição de uma Assembleia Constituinte no prazo de dois anos, como indica Brunna Bozzi Feijó (2011:49).

Após a renúncia de Spínola à presidência, em 30 de Setembro de 1974, o MFA assumiu o problema da resolução dos conflitos em Angola e abriu finalmente o diálogo com os representantes dos grupos nacionalistas, ideia apresentada e defendida pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, que afirmou perante a comunidade internacional, que o Governo português era favorável à descolonização e finalmente em finais de Outubro e início de Novembro, começam os esforços de diálogo entre os três representantes dos movimentos angolanos e o Governo português, segundo Brunna Bozzi (2011:50).

2.4.5 A Cimeira de Mombaça

Edward George (2005:56) acerca deste tema afirma que *"O processo de transferência de poder começa, a 5 de Janeiro de 1975, quando os três movimentos, pressionados pela OUA, reuniram-se em Mombaça, no Quênia, e assinaram um acordo de entendimento em que ficou estabelecido unirem-se numa única frente independente para negociar com Portugal e manter a paz em Angola"*. Nesta Cimeira, marcaram presença, os dirigentes máximos dos três movimentos de libertação, Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA).

Como resultado desta Cimeira, surgiu um impasse entre os três movimentos, pois nenhum concordou com as propostas de distribuição de pastas ministeriais no futuro Governo de transição, mas houve vários pontos de convergência, tais como a convergência do enclave de Cabinda no território de Angola e a criação de uma plataforma comum para as negociações com o Governo português, tendo como objetivo a formação do Governo de transição que levaria o país à independência, conforme A. Freitas (1975:179). Deste modo, os três movimentos começaram a estabelecer relações de cooperação nos domínios da descolonização, da defesa e da integridade territorial e a reconstrução nacional, estando assim os três movimentos preparados para iniciar as negociações da independência e do Governo de transição com Portugal, que iria ocorrer em 10 de Janeiro em Portugal e em que os três movimentos deveriam estar representados.

2.4.6 O Acordo de Alvor

P. Freitas (1991) indica que como as negociações corriam de feição, obtendo-se inclusive a cessação de todos os conflitos em território angolano, estavam presentes as condições para a transferência do poder e o compromisso para um período de transição. Assim, decorreu em Alvor, entre os dias 10 e 15 de Janeiro de 1975, uma Conferência onde estavam representadas as quatro delegações. A portuguesa liderada pelo Major Melo Antunes e os três líderes dos movimentos nacionalistas angolanos, como ilustra T. Sá (2011:139).

Após cinco dias de conversações, chegou-se finalmente a acordo com onze capítulos e sessenta artigos, que definiu as condições para a transferência do poder, assim como questões relacionadas com futuras eleições, onde ficou também estatuído que o contingente militar português deveria abandonar Angola, em Fevereiro de 1976 e que a independência e a passagem da soberania ficariam marcadas para o dia 11 de Novembro desse mesmo ano, como indica T. Sá (2011:141).

André K. M. Sebastião (2015:63) indica de forma resumida e com maior detalhe os pontos principais do acordo:

As posições essenciais deste acordo resumem-se em: i) a Independência de Angola ficaria agendada para o dia 11 de Novembro de 1975 e até lá a administração do país estaria nas mãos de um governo provisório formado por um colegiado, com um representante de cada grupo, de presidência rotativa e cujas deliberações seriam tomadas por maioria simples; ii) o governo português estaria representado por Alto Comissariado escolhido pelo presidente de Portugal, que não poderia intervir em assuntos governamentais, mas poderia ser consultado caso o governo provisório assim o desejasse; iii) não-discriminação étnica para os futuros critérios de nacionalidade; iv) uma Assembleia Constituinte seria formada no prazo de nove meses para a eleição do novo presidente a tomar posse em Novembro; v) uma Comissão de Defesa nacional, formada pelo colégio presidencial, Alto Comissariado e Estado maior Unificado, seria formada com o principal propósito de unir os contingentes militares e formar um Exército nacional e; vi) formação dos Ministérios com as chefias divididas entre os grupos.

Este autor expõe ainda que este Acordo foi complementado com a aprovação da Lei 7/74 de 27 de Julho, que aprovou a legislação sobre o Direito das Colónias à Independência, reforçando o empossado Governo de Transição de Angola, que contava com presença integrante da UNITA, MPLA e FNLA.

Com a assinatura do acordo de Alvor era espectável o fim dos confrontos armados, contudo os três movimentos nacionalistas, não conseguiram atingir um entendimento e trabalhar em conjunto até à data marcada para a declaração de independência, o que levou a que os mesmos se envolvessem em novos conflitos na luta pelo poder, como menciona Silva, Agostinho (2014:264), pois o acordo de Alvor apesar de ter conseguido a perspetiva da independência correta, não trouxe todavia a governabilidade ao seu governo de transição.

Com tais conflitos, Fernando L. C. Cascudo (1979:130) afirma que *"a guerra civil em Angola teve início antes mesmo da independência, já que os três grupos nacionalistas que tinham combatido o colonialismo português passaram a lutar entre si pelo controle do país"*.

2.4.7 A Cimeira de Nakuru

A Cimeira de Nakuru, realizada nesta cidade do Quénia, entre 16 e 21 de Junho de 1975, foi uma tentativa de recomposição do que havia sido o acordo de Alvor, contando com a presença de Agostinho Neto, Jonas Savimbi e Roberto e Holden Roberto, onde aparentemente

todos os presentes tinham consciência do grave estado do país e que os interesses nacionais, deveriam sobrepor-se às divergências políticas dos três movimentos, como demonstra Agostinho Silva (2014:267).

Mais uma vez, os movimentos não cumpriram o acordado nesta Cimeira e voltaram novamente aos confrontos, situação ainda mais impulsionada, quando em Julho de 1975, Portugal perante a total inoperância do Governo de transição, formaliza oficialmente a suspensão parcial do acordo de Alvor, como relata Brunna Bozzi Feijó (2011:51).

João Nuno da Silva Pinto (2008) refere que estes conflitos em muito seriam exacerbados por influências externas, nomeadamente pelas alianças estabelecidas entre os movimentos de libertação e as duas superpotências da Guerra Fria, os EUA e a URSS, como veremos no capítulo seguinte.

2.4.8 A Declaração de Independência por parte do MPLA

Depois desta suspensão do acordo de Alvor, o MPLA lança uma ofensiva na faixa entre Luanda e Malanje, eliminando praticamente toda a presença da UNITA e da FNLA, naquela região. Deste modo, o MPLA consegue ocupar a capital angolana três meses antes da celebração da independência, alcançando assim um dos seus objetivos primordiais, o que causou um forte impacto psicológico na população, conforme T. Sá (2011:202).

No seguimento da sua estratégia, o MPLA reforça depois as suas posições no Leste do país, o que fez convergir as suas tropas em direção à Zâmbia, o que proporcionava evitar um possível cerco às suas tropas, caso houvesse uma aliança entre a FNLA e a UNITA, que controlavam uma parte bastante significativa do caminho-de-ferro de Benguela, como acrescenta J. Mbah (2010:308).

O MPLA sabia que para vencer definitivamente a FNLA e a UNITA era fundamental controlar a fachada atlântica, para garantir o seu aprovisionamento e a sua logística. Este movimento tratou então de garantir a sua influência nos portos de Benguela e Lobito, encontrando dessa forma uma alternativa segura para receber a ajuda militar dos seus aliados, nomeadamente da União Soviética. Com esta estratégia, o MPLA controlava a região de Luanda e uma grande parte do território angolano, que acrescido dos apoios recebidos por parte da URSS, levou a que o MPLA tenha conseguido uma posição clara de supremacia, o que permitiu assumir o poder e reivindicar a independência de Angola em 11 de Novembro de 1975, formando este partido o Governo, como explica Agostinho Silva (2014:270).

Capítulo III – Efetivação do apoio dos EUA e URSS na Guerra Civil Angolana

3.1 A Guerra Fria e as Consequências para África

Como indica Pedro F. Chimanda (2010:17):

A guerra-fria representou no contexto da emancipação africana, o factor de maior influência no quadro da definição dos horizontes políticos dos países emergentes. Impôs-se na formação dos novos estados um dilema ideológico perante o qual havia necessidade de escolhas do regime político ligado a um sistema dominante na arena internacional, face à emergência da democracia liberal e à propagação do comunismo, para o ordenamento das políticas nacionais africanas.

A realidade bipolar que predominou durante este conflito, utilizou o continente africano como um dos locais preferenciais para se efetivar esse confronto, levando os movimentos nacionalistas que emergiam nos países africanos, a escolherem de entre os dois blocos mundiais, um que pudesse fornecer o apoio que necessitavam, no combate aos países de que dependiam e mais tarde, nos conflitos com outros movimentos, para assim conseguirem alcançar o poder.

Pedro F. Chimanda (2010) ao longo do seu trabalho, analisou a posição estratégica a que os EUA se socorreram acerca do continente africano, realçando que os EUA, na sua política externa, adotaram na década de 1960, uma política de apoio aos novos Estados africanos, sobretudo através do fornecimento de ajuda ao seu desenvolvimento económico, com o intuito de que mais tarde, estes países viessem a reconhecer, a vantagem de que resultaria a existência de boas relações com o Ocidente, sem nunca descartar e alertar para o perigo e as consequências negativas, que poderiam surgir, caso estes países estabelecessem relações com o bloco comunista.

Joseph S. Nye (2002:138) elucida que esta estratégia política americana, sempre teve a preocupação de impedir e delimitar a propagação do comunismo, que por seu lado também apoiava de sua maneira, os novos estados africanos, levando a que cada bloco tentasse exercer a maior influência possível nos futuros governos desses países. Esta disputa no panorama internacional, fez de África um palco, onde as duas superpotências mediam forças, como meio de demonstração do seu poderio.

Raymond Aron apud Pedro F. Chimanda (2010:18) afirmou que:

Em África cada uma das superpotências tem por objectivo principal evitar a presença da outra. Os Estados Unidos desejam preservar do comunismo o maior número possível das novas repúblicas (...) um país de alguns milhões de habitantes não interessa a nenhum dos dois grandes; todavia, cada transformação de alinhamento representa um ganho de prestígio para um deles, uma perda para o outro. E o prestígio aumenta a força e a força aumenta o prestígio.

Este autor alude ainda que este alinhamento por parte dos países africanos que buscavam a sua independência foi sem dúvida um fator crucial, que exponenciou as lutas anticoloniais e que mais tarde originaram conflitos civis internos após a proclamação das suas independências. Esta época de internacionalização do nacionalismo africano, foi aproveitado, pelo bloco comunista, para difundir e expandir a sua área de influência, conseguida através do fornecimentos de armamento bélico para os movimentos independentistas, que não o conseguiam junto dos países do ocidente, dos quais se tentavam libertar, resultando num enraizamento do marxismo-leninismo, como linha orientadora de vários governos africanos.

3.2 *Proxy Wars* em África

A Guerra Fria em África, assim como no mundo em desenvolvimento, foi um conflito encoberto, contudo, verdadeiramente evasivo, que obrigou os novos Estados africanos que então emergiam, a optar pelo alinhamento entre o capitalismo e o socialismo. Assistiu-se contudo, aqueles que optaram pelo não-alinhamento por nenhum dos blocos, que ficaria conhecido pelo Movimento dos Não-alinhados, instituídos pela Conferência de Bandung⁹.

Esta Guerra para além de inserir o continente africano em conflitos regionais, tornou-se um fator de alavanca e de exponenciação desses mesmos conflitos, moldando de forma direta o processo de descolonização e as Guerras que se seguiram ao período de independências, o que levou a que esses conflitos fossem denominados *Proxy Wars* ou Guerras Substitutas, como indica David J. Francis (2006:86).

Para Benjamin Miller (2007:86) as *Proxy Wars*, eram os “locais” para onde eram exportados o conflito entre as grandes potências, principalmente quando estes exacerbavam os conflitos internos através de apoio militar e político, recorrendo a grupos terroristas, mercenários e outros, para atingir o adversário. No entanto, este autor ressalva que não existem Guerras Substitutas puras, pois os grupos apoiados, têm também os seus próprios interesses.

Com base neste complemento da definição já analisada no primeiro capítulo, são exemplos de Guerras Substitutas, a Guerra da Coreia (1950-1953), a Guerra do Vietnã (1957-1975) e a Guerra em Angola (1974-2002).

As Guerras Substitutas são encaradas pelos neorrealistas, como fruto do balanço de poder da Guerra Fria, mas também como combate ideológico, entre Capitalismo e Socialismo. O receio americano, do poder soviético, acabou por ditar o fim da aliança que venceu o nazismo

⁹ Em setembro de 1961, acabaram-se por reunir 28 países do chamado Terceiro Mundo na cidade de Belgrado, capital da então Jugoslávia, com o intuito de debater temas como o desarmamento, a integridade nacional e a bipolaridade ideológica do período. Os interesses debatidos estavam, dado a conjuntura da Guerra Fria, totalmente alinhados pelos ideais da busca de uma autonomia nacional de forma pacífica e não alinhada. De tal modo, o contexto de competição entre duas superpotências hegemônicas - Estados Unidos, capitalista e União Soviética, socialista, ressaltava, sobretudo, a dificuldade do Terceiro Mundo em obter um desenvolvimento de modo neutro.

na II Guerra Mundial, procurando os americanos, impedir o alastramento do Comunismo no continente africano, pois os americanos viam África como um objetivo económico e estratégico, pela sua quase inesgotável fonte de recursos naturais e encaravam o Comunismo como inerentemente expansionista, como relata James Augusto P. Tiburcio (2009:78).

Stephen J. Cimbala (2004:51) refere que, o impasse nuclear entre os EUA e a URSS e a consequente impossibilidade de conflito, originou as Guerras Substitutas. O resultado, foi a interferência de americanos e soviéticos, em Guerras Cíveis revolucionárias, onde os movimentos nacionalistas africanos recebiam de braços abertos todo e qualquer apoio.

3.2.1 A Política dos Estados Unidos nas *Proxy Wars*

Apesar do que se possa inicialmente pensar, os Estados Unidos, não apoiaram desde a sua origem, os movimentos de libertação africanos. Thomas Borstelmann (1993:57) refere que após a II Guerra Mundial, a liderança americana, não apoiava inequivocamente os movimentos de libertação nacionais africanos, só quando se aperceberam que as suas independências prematuras, poderiam ter efeitos negativos, como a queda desses novos estados nas mãos do Comunismo, é que começou a surgir o interesse nesse apoio.

O apoio que os EUA forneceram à Europa, no final da II Guerra Mundial, acabava por ser um apoio aos países que tinham as suas colónias em África, o que levou muitos críticos a afirmarem que a política externa americana, acabava por apoiar interesses pró-colonialistas, enquanto economistas defendiam que os EUA veriam os seus interesses económicos mais salvaguardados, adotando-se uma posição anticolonialista. Esta acomodação com o colonialismo dos aliados tornou os americanos vulneráveis e acusados de falta de sensibilidade perante a problemática do colonialismo. Esta posição americana surgiu como oportunidade para a URSS que utilizou o dilema americano, na propaganda da sua mensagem, acusando os americanos, que, estes só se envolviam nas questões coloniais, quando havia interesses económicos ou políticos, como frisa James Augusto P. Tiburcio (2009:80).

Sob a governação de Dwight D. Eisenhower (1890-1969), a Guerra Fria expandiu-se e assistiu-se a uma proliferação do Comunismo por todo o globo. No médio Oriente, era crescente a dependência do Egipto, em relação ao bloco soviético. Na América Latina, as revoluções de Che Guevara e Fidel Castro, forneceu à União Soviética um aliado no hemisfério ocidental, como evidenciado por Ronald Powaski (1998:97).

É a partir destes factos, nomeadamente do início da proliferação do Comunismo em África e do surgimento dos movimentos nacionalistas africanos, que os Estados Unidos começam a mudar a sua política externa, iniciando o envolvimento direto nas questões coloniais. Os EUA começaram então a utilizar diretamente a CIA (*Central Intelligence Agency*), para apoiar as potências coloniais, ou forças anticomunistas, na luta contra o bloco soviético, pois o desmembramento dos impérios coloniais, poderiam ter fortes implicações para a segurança americana, na possibilidade de existência de um confronto em escala mundial com a União

Soviética, sendo a intervenção no Congo em 1960, a primeira intervenção desta agência, como demonstra David Gibbs (1991).

Perante estes factos, a política externa americana alterou-se, como indica James Augusto P. Tiburcio (2009:81):

A política americana em geral começava a se concentrar nas crises internas, enquanto muitos dentro do governo passaram a adoptar a visão de que nações mais fortes e amigáveis constituíam a melhor defesa contra o comunismo. Concomitantemente, o Movimento dos Não Alinhados ganhou força, mesmo que simbólica, ante os dois *hegemons* do período, levando pensadores e políticos americanos a um nível mais profundo de temor da onnipresença comunista e o problema de aliados ou mesmo potenciais aliados migrarem para a esfera de influência soviética devido a alguma frustração com a política Americana ou por intimidação Soviética.

3.2.1 A Política da União Soviética nas *Proxy Wars*

Até Nikita Khrushchev se tornar secretário-geral do Partido comunista da URSS e posteriormente primeiro ministro da União Soviética (1953-1964), este bloco não tinha uma política externa para o continente africano efetivamente definida. Contudo, Khrushchev em 1960, muda o rumo da política externa da URSS, com a criação de uma declaração à independência de todas as colónias que ainda existiam, que propôs na Assembleia geral das Nações Unidas. Esta resolução acabou por ser adotada, mas das nove abstenções, sendo uma delas a dos Estados Unidos, evidenciou uma posição americana de comprometimento face à questão do colonialismo, segundo James Augusto P. Tiburcio (2009:83).

Outros autores, como Zaki Laidi (1990:18) indicam que antes de 1960, a União Soviética já tinha dado os primeiros passos ainda de forma indireta, para uma política externa definida para a problemática africana, com a fundação do Instituto África em Moscovo e a reorganização do seu escritório no ano de 1958, salientando também que em 1964, 24 países africanos já possuíam embaixadas na cidade de Moscovo.

Contudo, nem só de sucessos viveu este bloco durante a Guerra Fria. Khrushchev e Brezhnev que lhe sucedeu como primeiro ministro da União Soviética, também enfrentaram alguns fracassos, consubstanciados na derrota de alguns alinhados com a URSS, nomeadamente de Bem Bella na Argélia, Sukarno na Indonésia, assim como a derrota por golpes militares no Mali, no Gana e ainda a expulsão no Egipto, originou uma revisão estratégica e consequentemente desacelerar a sua política no terceiro mundo, como alude Richard Shultz (1998:21).

James Augusto P. Tiburcio (2009:83) indica-nos que na década de 1970, a União Soviética: “(...) Parecia mais à vontade em afirmar seu apoio às lutas dos povos por liberdade, democracia e socialismo. A partir do 24º Congresso do Partido Comunista Soviético em 1971, as políticas soviéticas mudaram novamente e desta feita passaram a se interessar por partidos marxistas e grupos revolucionários de esquerda(...)”.

Francis Fukuyama (1979:57) indica que para a União Soviética com as derrotas atrás referidas, Argélia, Mali e Gana, não bastava existir uma neutralidade ao bloco soviético, ou um não alinhamento, era obrigatoriamente necessário uma colaboração ativa, pois só desse modo conseguiriam manipular a política local, o que levou a URSS a interferir cada vez mais nas questões internas dos seus camaradas, sobretudo africanos, reforçado com a eficácia de regimes comunistas manipulados por Moscovo, como era o caso de Cuba, que seria um ponto-chave no conflito angolano.

3.3 A *Proxy War* Angolana

Após o fracasso do Acordo de Alvor, como vimos anteriormente, fruto da incapacidade dos três líderes políticos do MPLA, FNLA e UNITA em chegar a um entendimento, devido sobretudo a divisões e rivalidades entre os três líderes, surgiram problemas de autoridade e segurança, alavancados pelos apoios dos blocos em disputa na Guerra Fria, levando os movimentos a abandonar as canetas e a passar às armas, como indica Douglas Wheeler (1975:21).

A dinâmica e ação dos blocos da Guerra Fria, estavam diretamente alinhadas com os três movimentos de libertação angolanos. A *Proxy War* que se seguiu, ocorreu por conveniência das partes em conflito, que se conciliavam com os interesses da superpotências. Assim, O MPLA de Agostinho Neto, seria apoiado pela URSS e Cuba, a FNLA de Holden Roberto, recebeu apoio dos Estados Unidos, China e África do Sul e a UNITA de Jonas Savimbi, receberia apoio dos Estados Unidos e África do Sul, como aponta James Augusto P. Tiburcio (2009:88).

Neste mesma sequência, Silva, Agostinho (2014:272) relata que ocorreu uma intervenção direta de forças de países estrangeiros, no cenário do conflito angolano e que tal ocorreu, por iniciativa própria ou a pedido dos movimentos de libertação. A principal justificação, passava pelo engajamento entre as rivalidades ideológicas e os interesses económicos e geoestratégicos que Angola representava. O sucesso das operações militares, passaria então a não depender apenas da estratégia militar das forças em confronto, mas essencialmente da qualidade e da quantidade de armamento militar de que cada movimento dispunha.

Assim, a *Proxy War* Angolana, acabaria por se iniciar antes mesmo da declaração de independência por parte do MPLA. Agostinho Silva (2014:264) indica que no mês de Fevereiro de 1975, as forças militares do MPLA, desencadearam uma ofensiva interna contra a facção de Daniel Chipenda, que era um dos vice-presidentes do MPLA, obrigando este a refugiar-se em Kinshasa, o que originou uma aproximação deste com o FNLA. No final desse mesmo mês, Daniel Chipenda regressa a Luanda e a outras seis cidades angolanas, com duzentos guerrilheiros, o que provocou uma revolta no MPLA, que cercaram os guerrilheiros de Chipenda e envolveram-se num confronto armado. Destes acontecimentos, surgiu o interesse por parte da FNLA em

receber os guerrilheiros de Chipenda, acabando os mesmos por se integrarem na FNLA, abrindo um novo capítulo na história do conflito entre MPLA e FNLA.

Agostinho Silva (2014:265) indica que a situação de conflito interna angolana, conheceu novos contornos em Março de 1975, com a chegada de tropas do exército do Zaire, para combaterem do lado da FNLA e o crescente apoio da URSS ao MPLA, sobretudo através do fornecimento de armamento bélico, fez agravar ainda mais o confronto angolano. No dia 23 deste mês, a FNLA já com o apoio do exército do Zaire, então governado por Mobutu, levaram a cabo uma ofensiva no Caxito, cidade situada a cerca de 60 quilómetros de Luanda. Estas incursões, levaram o Governo de Transição a desagregar-se e comprometendo a organização das eleições, que haviam sido fixadas na Cimeira de Alvor, como visto no capítulo anterior.

A. Marques (2013:302) demonstra que nos meses de Abril e Maio de 1975, o movimento armado da FNLA, despoletou mais uma vez um conflito bastante violento, contra as tropas do MPLA, em Luanda, de que resultaram um número bastante significativo de vítimas. Ao tomar conhecimento destes conflitos, o Alto-Comissário do Governo de Libertação, convocou os líderes dos três movimentos MPLA, FNLA e UNITA, onde foi realizado um apelo a estes movimentos para colocarem um termo a estes confrontos internos. Porém, alguns dias mais tarde, o MPLA e a FNLA voltaram a envolver-se se confrontos em São Salvador.

Após a Cimeira de Nakuru, realizada no Quénia, entre 16 e 21 de Junho de 1975, que foi uma tentativa de recomposição do que havia sido o acordo de Alvor, como vimos anteriormente, John Stockwell (1979:53) elucida que cerca de um mês depois da assinatura desse acordo de paz, despoletaram-se violentos combates, opondo o MPLA e a FNLA. Segundo este autor, esses confrontos, eram consequências do programa que a CIA tinha implantado, que se baseava num conjunto de operações secretas naquele país africano. Esta agência americana, estruturou uma estratégia de combate às forças do MPLA, onde havia sido aprovado pelo Presidente dos EUA Gerald Ford, em Junho, cerca de 8 milhões de dólares como ajuda financeira para o movimento do FNLA. Todavia, a FNLA de Holden Roberto, acabou pela sua má gestão de recursos, apesar da sua superioridade militar, por ser expulsa definitivamente de Luanda pelo MPLA.

T. Sá (2011:202) descreve que após a expulsão definitiva do FNLA de Luanda, o MPLA aproveitou esta vitória e desencadeou logo de seguida uma ofensiva nas áreas próximas de Luanda, nomeadamente na zona de Malanje e de Lundas, conseguindo aí também, a eliminação da presença da FNLA e da UNITA.

Correia, P. (1991) indica-nos que a FNLA, perante estas derrotas, acabou por concentrar os seus intentos sobretudo no Norte de Angola, onde tinha apoio das forças do Zaire, com o objetivo de iniciar uma expansão para o sul, com o objetivo de chegar a Luanda e a tentar conquistar, que ficaria conhecido como o Projeto Luanda. Neste projeto, Holden Roberto, liderou cerca de 20 mil guerrilheiros, começando os combates com o MPLA na zona de Cuanza Norte, onde mais uma vez acabou por sair derrotado, refugiando-se para Quifangondo e Cacauaco. Os territórios de influência do FNLA no início de Agosto de 1975, limitavam-se à região do Caxito e algumas zonas do Norte do país, nomeadamente Uíge.

Perante este Projeto Luanda, o MPLA apercebeu-se da importância que os combates seguintes iriam representar e acabou por redefinir a sua estratégia. Agostinho Silva (2014:270) indica que essa mudança de estratégia passou por controlar as regiões estratégicas que garantissem o aprovisionamento da sua logística, direcionando então os seus esforços para a fachada atlântica, objetivando os portos de Benguela e Lobito, encontrando assim, uma alternativa segura para receber a ajuda militar da União Soviética e dos países da Europa de Leste. Para além destes portos, o MPLA controlava ainda uma considerável parte do território que ia desde as fronteiras com a Zâmbia e com a Namíbia.

3.4 A Intervenção Americana no Conflito Angolano

O primeiro apoio ainda que não militar por parte dos EUA no conflito angolano, aconteceu quando a UPA, contactou com representantes do Governo dos EUA e com missionários protestantes, nomeadamente M. Houser, que era a personalidade mais importante da organização anticolonialista americana, a *American Committee On Africa* (ACA), contatos esses, que se revelariam fulcrais para a orientação das atividades da UPA, como presente em IAN/TT. (1961).

Os EUA começaram a intervir no conflito angolano, logo desde a questão da descolonização, segundo Michael O'Brien (2006:869). Com efeito, John F. Kennedy, que era o presidente da subcomissão do Senado Americano para as questões de África, no final da década de 1950, acabou por ser sensibilizado para a causa de Holden Roberto e da FNLA. Desta aproximação entre os dois, surgiu a promessa de os americanos auxiliarem os movimentos independentistas, contra as colónias e no caso angolano, contra o regime ditatorial de Salazar, ao mesmo tempo que tentavam impedir que os comunistas tomassem as rédeas, desses mesmos movimentos nacionalistas.

Portugal era no entanto, um aliado com uma importância significativa do Governo Americano, já que estes eram detentores de uma base americana nos Açores, a base das Lajes, que era utilizada com frequência, pela força aérea americana, acabando mesmo por ser a sede da 65ª Divisão Aérea da aeronáutica americana. Consequência dessa importância, foi a ordem de Kennedy para os EUA se absterem, em duas resoluções da ONU que envolviam questões colonialistas portuguesas. Contudo, como indica Michael O'Brien (2006:871), Kennedy fez mais pela independência de Angola, do que qualquer outro presidente americano.

Mas a década de 1950, marcou também batalhas pelos direitos e segregação ainda existente em vários Estados americanos, que atrapalhavam a imagem a transmitir da sua política externa perante o resto do globo. Esta política externa anticomunista era muito criticada pois, os americanos condenavam a situações dos judeus na União Soviética, mas acabavam por tolerar uma situação similar, que era a situação dos negros nos estados do sul do seu país, como faz referência Odd A. Westad (2005:135)

Os verdadeiros argumentos para esta intervenção em Angola, sem dúvida que estavam conectados com a política anticomunista americana, que foi reforçada, com a explicação aos americanos, com o argumento de que a posição estratégica de Angola, permitia controlar de perto, a rota dos petroleiros provenientes do Oriente. Aliado a estes dois argumentos, a CIA estabeleceu que os sul-africanos seriam a solução perfeita, para encontrar uma solução para Angola, pois ambos os países partilhavam uma aversão ao comunismo e estes dois países desde a Guerra do Congo, que mantinham boas relações. Assim, nasce a Operação *IA Feature*, em que o presidente americano Gerald Ford apoiava através da utilização da CIA, a UNITA e a FNLA na luta contra o MPLA. O dilema deste projeto todavia, assentava que por um lado, o programa era limitado demais para ser eficaz, mas simultaneamente grande demais para permanecer secreto, como faz referência Christopher Andrew (1995:416).

Agostinho Silva (2014:270) indica dois chefes do Executivo americano que participaram, ainda de formas distintas, na questão do conflito angolano, nomeadamente, Richard Nixon e Gerald Ford e um terceiro americano, Henry Kissinger, Ministro dos Negócios Estrangeiros americano. A política americana para Angola desenrolava-se em duas frentes, através de apoio político, económico e militar do colonialismo luso e, por outro lado, o apoio direcionado aos movimentos nacionalistas com ideologia que se afastasse do bloco soviético. Relativamente à distinção entre os dois presidentes na questão angolana afirma o autor afirma que:

Em traços gerais, pode-se demarcar a ação dos dois presidentes dos EUA em duas fases: a primeira entre 1968 e a «Revolução dos Cravos» (25 de Abril de 1974) e a segunda daí em diante até 1975/76. Inscrito no primeiro momento, o governo presidido por Nixon não atribuiu muita relevância aos problemas africanos, incidindo as suas preocupações nas questões europeias, no sudoeste asiático e no Médio Oriente. Por seu lado, Kissinger entendia que o continente africano deveria ser assistido pelas potências aliadas europeias, política e economicamente responsáveis pelas situações ali existentes, devendo estes cuidar ainda da contenção da URSS nas regiões mais sensíveis, entre as quais se encontrava a África Austral(...). Todavia, a «Revolução dos Cravos» e o subsequente fim do império português em território angolano, alterou significativamente o panorama vigente, pelo que os EUA e pensaram a sua estratégia até então considerada de «baixa intensidade» ou de «fraco envolvimento(...)

Após a demissão do Presidente Nixon, em 1974, Ford assumiu a liderança americana e logo de seguida, recebeu o presidente da Zâmbia, alertando os americanos para intervenção da URSS em Angola, que já tinha naquele país conselheiros militares e armamento, solicitando a sua intervenção em Angola, para colocar um termo ao alastramento de influência daquele bloco. Henry Kissinger, perante tal alerta, alterou a estratégia política americana para Angola, chamando a atenção de Ford, que era necessário conceder um apoio, ainda que secreto, aos movimentos nacionais anticomunistas, segundo Henry Kissinger (1996).

O ano de 1975 iria ser então um ano de alteração da política externa americana na questão. Depois de um período de quase indiferença e inoperância, os EUA iniciam-se num envolvimento no conflito angolano, através dum programa secreto, que visava fornecer apoio económico e militar à FNLA e UNITA, que por sua vez originou o bloco soviético a reforçar o apoio que já fornecia ao MPLA, como indica T. Sá (2011:208).

André K. M. Sebastião (2015:76) sobre esta alteração de política externa sobre Angola, afirma que:

Em Agosto de 1975, Henry Kissinger, Secretário de Estado Norte-americano, lançou publicamente um aviso à URSS para que não interferisse em Portugal. Todavia, a influência política de Moscovo nas principais colónias portuguesas em África já era uma realidade impossível de ser contornada conforme o próprio tempo encarregou-se de confirmar. Assim, no mês de Fevereiro, a URSS envia armas para o MPLA e aviões de transporte chegaram ao Congo-Brazzaville com equipamento militar, designadamente morteiros pesados e tanques que são transferidos por barco para um local perto de Luanda.

A resposta americana a este reforço bélico da URSS ao MPLA, passou pela atribuição de 71 milhões de dólares a favor da FNLA e da UNITA e solicitou a intervenção da África do Sul e do Zaire, como apoio ao FNLA e UNITA. Por sua vez, a URSS perante este pedido de auxílio externo americano, solicitou a intervenção cubana, como mostra P. Gleijeses (2002).

O apoio americano passou então a se efetivar no envio de equipamento militar, para o Zaire, que posteriormente faziam chegar aos guerrilheiros da FNLA e UNITA, pois era o único meio possível que os americanos podiam e queriam fornecer, segundo T. Sá (2011:214). Esta estratégia, surgiu como complemento à Operação *IA Fature*, atrás referenciada, que consistia num apoio económico à FNLA e UNITA, num valor superior a 32 milhões de dólares, para treinar e equipar guerrilheiros de armamento e equipamento militar, cujo valor ultrapassava os 16 milhões de dólares e por último, no recrutamento de mercenários para aconselhamentos militares, conforme reporta John Stockwell (1979:206).

Agostinho Silva (2014:275/276) complementa esta informação, acrescentando que o apoio militar atribuído ao Zaire, começou a ser disponibilizado em Agosto de 1975, indicando ainda que os primeiros mercenários a entrarem em ação no conflito angolano, eram portugueses, seguidos de mercenários brasileiros e franceses, que haviam sido contratados ao grupo do Reino Unido, *Security Advisor*.

3.4.1 O apoio do Zaire

A Intervenção do Zaire, no conflito angolano, iniciou-se antes do pedido americano atrás referido. Agostinho Silva (2014:276) começa por mostrar que já em 1973, a República do Zaire de Mobutu, tomou a decisão de intervir e orientar a sua intervenção em Angola, em colaboração e de forma conjunta com o FNLA, embora a sua intervenção oficial só tenha acontecido em 1975. Esta ideia é também reforçada, pois em 1974, havia várias suspeitas da presença de militares zairenses, nas fileiras do FNLA, ideia que depois se veio a confirmar em 1975, já depois do pedido de auxílio americano.

Este apoio a partir de Abril de 1975, aos guerrilheiros da FNLA, permitiu um importante incremento bélico, por parte deste movimento e relevou a grandiosidade dos conflitos nesse

mesmo mês em Luanda. No mês de Julho o Zaire, duplicação do apoio ao dispor da FNLA, através do fornecimento de unidades blindadas e de artilharia, levando a que no mês de Setembro Mobutu coloca-se em ação, regimentos de comandos fortemente armados, que deslocaram-se para território angolano de avião e juntaram-se à FNLA e à UNITA, não conseguindo no entanto garantir a vitória da FNLA, nos confrontos com o MPLA, segundo John Stockwell (1979:172).

3.4.2 O apoio da África do Sul

A intervenção da África do Sul na Guerra Civil angolana, como indica Agostinho Silva (2014:277) fez parte da estratégia que os EUA definiram para aquele país africano, contudo, os sul-africanos também tinham interesses próprios. Pois:

Os dirigentes sul-africanos eram os principais interessados no processo de descolonização do território angolano, dada a iminência de “perder” Portugal como aliado de significativa importância para a estabilização da África Austral, como também a possibilidade da ascensão ao poder em Angola de um governo que apoiasse com hostilidade as actividades militares da guerrilha sul-africana (SWAPO).

Os argumentos que levaram os governantes sul-africanos a optarem por intervir no conflito angolano, passaram sobretudo pelo pedido americano, como meio de prevenir uma possível vitória do MPLA, estritamente ligado aos ideais comunistas, pois procuravam que o futuro de Angola, passasse por um regime que não desse suporte ou que não alinhasse com a *South-West Africa People's Organization* (SWAPO). Porém, esta intervenção não era consensual no interior da África do Sul, originando inicialmente que o seu primeiro-ministro, Jonh Voster, adotasse uma posição cautelosa, limitada a fornecer ajuda pecuniária e alguma armamento à FNLA e UNITA, como indica Ian Frederick W. Beckett (2001:146).

Todavia, também a intervenção da África do Sul havia de se alterar, fruto do desenvolvimento que o MPLA ia conseguindo com as suas vitórias, colocando-se em clara vantagem face aos seus adversários, o que originaria em Maio de 1975, o governo sul africano a apoiar uma frente unida entre FNLA e UNITA, com a entrada de pequenos grupos militares sul africanos, fixando-se estes, junto à região do Rio Cunene, acabando por se travar violentos confrontos com forças do MPLA, segundo P. Gleijeses (2002:276).

Na sequência do aumento de apoio ao FNLA e UNITA, no mês de Julho, representantes das forças armadas sul-africanas (SADF), foram até Kinshasa, encontrando-se com Holden Roberto e Jonas Savimbi. Neste encontro, os movimentos demonstraram quais as suas necessidades, sendo que a FNLA, necessitava armas pesadas, veículos de transporte para as suas tropas, mísseis, minas terrestres, munições e helicópteros. Por sua vez, Jonas Savimbi, indicou que a UNITA precisava de pistolas, uniformes, rádios amadores e um rádio transmissor. Toda esta informação, chegou ao conhecimento da CIA, que promoveu a chegada do mesmo, aos dois movimentos, como afirma Hilton Hamman (2001:23).

Com o controle de 11 das 16 capitais provinciais de Angola, o MPLA cada vez estava mais perto de conseguir superar a FNLA e a UNITA, parecendo quase certa uma vitória do MPLA. A única hipótese que se afigurava para os Estados Unidos e, em particular para a África do Sul de travar tais acontecimentos, era socorrendo-se a uma intervenção terrestre. Acerca deste pensamento, James Augusto P. Tiburcio (2009:91) descreve que:

A Força Aérea Sul Africana já se encontrava bastante ocupada levando munições e combustível para a UNITA e a não ser que a infantaria sul-africana avançasse juntamente com os mercenários americanos da CIA pouco poderia ser alcançado até 11 de Novembro. O alto comando da SADF decidiu avançar abertamente em território angolano em 5 de Outubro, ao mesmo tempo em que SILVA Porto (Cuíto), província do Bié se tornou mais uma base sul-africana em território angolano. Para a imprensa os sul-africanos insistiam que não havia tropas suas em território angolano.

Mais tarde, já em Outubro de 1975, o governo sul-africano voltou a aumentar o seu apoio e a sua intervenção em Angola, com a entrada de 2500 militares e 600 veículos, dando início à *Operação Savannah*. Esta operação, baseava-se no envio de duas colunas militares para Angola, com a finalidade de conquistar várias cidades ao MPLA, tendo como objetivo último, um assalto a Luanda a partir do sul e depois garantir o controlo do território, à medida que ia sendo conquistado, segunda ideia de Correia, P. (1991:159).

3.5 A Intervenção Soviética no Conflito Angolano

A política externa soviética de apoio aos movimentos nacionalistas africanos, assentava-se em referência do art. 28º da Constituição Política da União Soviética. Esse artigo fazia referência que a política externa na URSS, objetivava a garantia de um ambiente internacional aberto à ideologia Comunista da URSS, resguardando os interesses estatais da União Soviética e consolidando uma posição do socialismo a nível mundial. Tal só era possível, fornecendo apoio aos povos na luta pela sua nacionalização, tentando evitar guerras de agressão, ao mesmo tempo que visava o desarmamento universal e implementando o princípio da coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais distintos, informação adiantada por Agostinho Silva (2014:279).

A política soviética para os países da África Austral, eram orientadas por interesses próprios, de cariz económicos e geoestratégicos. A visão táctica da URSS era orientada para a defesa do seu território e da Europa de Leste, com a finalidade de implantar o Socialismo e o Comunismo em todo o globo, limitando os países do Ocidente de chegarem às matérias-primas de que necessitavam. O caso da colónia portuguesa de Angola, eram alvos importantes para Moscovo, pois a sua posição geográfica era importante, pois permitiria o estabelecimento de linhas de comunicação com o interior de África.

Silva, S. (2012:78) narra que foi nos finais de 1974, que o bloco soviético intensificou a sua intervenção em Angola, através dum plano que permitiu a entrada de uma grande quantidade de armamento militar em Angola, para chegar às mãos dos responsáveis do MPLA,

fornecendo o acompanhamento militar que os seus camaradas socialistas em Angola necessitavam. Para além desta situação, em Julho de 1975, após alguma discussão entre Moscovo e o presidente congolês, os representantes soviéticos acabam por enfrentar uma repressão dos congoleses aos planos soviéticos de apoiar o MPLA através do seu território. Com esta recusa, Moscovo viu-se obrigado a solicitar a intervenção de Cuba, para assim agir como intermediário com o MPLA. Nesta sequência, acabou por ser assinado um protocolo entre a URSS e Cuba, que explanava a coordenação económica que seria fornecida a Cuba, ligada a uma intervenção cubana no conflito.

Neste protocolo, estava visivelmente evidenciado que a política soviética, assentava na descrição e em deixar os mínimos vestígios do seu apoio no conflito angolano, levando então a uma ligação secreta com Cuba. Esta escolha por uma intervenção não direta neste conflito era justificada, pois a intervenção soviética através do recurso a um intermediário, neste caso Cuba, limitava os riscos de uma confrontação direta com os EUA. Por outro lado, em caso de fracasso, Cuba acarretaria com o fracasso e a URSS era poupada da humilhação de uma derrota. A completar, havia ainda a OUA que insistia fortemente num afastamento das duas grandes potências dos confrontos locais, no continente africano. Era claro e justificado que a URSS não almejava envolver-se diretamente neste conflito em Angola, pelo que houve a necessidade de encontrar um mandatário, tendo a escolha recaído por Cuba, pois era um país que preenchia todos os requisitos, para representar em Angola, os interesses do Socialismo e do Comunismo, como afirma Silva, S. (2012:85).

3.5.1 O apoio de Cuba

Agostinho Silva (2014:281) ao abordar o apoio que Cuba forneceu ao bloco soviético no conflito angolano, começa por indicar que os contactos entre o Cuba e o MPLA, aconteceram logo no início da década de 1960, por intermédio das embaixadas da URSS que se iam estabelecendo nos países africanos recém-independentes. Porém, o envio de apoio fisicamente, só iniciou em 1962, com missões relativamente limitadas, que consistiram no envio de alguns instrutores cubanos para fornecer instrução aos guerrilheiros do MPLA.

Este mesmo autor, descreve que após o fracasso do Acordo de Alvor, o conflito no interior de Angola agravou-se, levando o MPLA a enfrentar os guerrilheiros da UNITA e da FNLA, que começavam a contar com o apoio das forças do Zaire e de África do Sul, o que dava a estas últimas uma superioridade militar evidente. Face a esta inferioridade militar, Agostinho Neto, em Maio de 1975, entrou em contacto com o vice-primeiro ministro de Cuba, Flávio Bravo, negociando o envio de grupo de novos instrutores, para iniciar e comandarem quatro centros de treino militar, acabando os mesmo por serem enviados por Fidel Castro em Julho desse mesmo ano, fornecendo simultaneamente auxílio financeiro, como indicado por P. Gleijeses (2002:254).

S. Silva (2012:80 apud Agostinho Silva, 2014:282) narra que:

A partir de meados de Agosto de 1975, o governo cubano começou a preparar uma intervenção militar em larga escala conjuntamente com o governo soviético. Nesta medida, foi modelizado um plano, no qual se definiam as condições da deslocação dos militares cubanos para o território angolano ou congolês, as questões logísticas e as estratégias a adoptar. À União Soviética caberia apenas o transporte dos militares e do armamento bélico, assim como a colaboração dos seus oficiais no planeamento das operações (...) Todavia, a superpotência socialista mostrou reserva quanto ao plano delineado pelo governo cubano, receando que pudesse prejudicar a sua política de *détente* com os EUA. Por isso, o governo soviético opôs-se a toda e qualquer participação na operação arquitetada «antes da independência (...).

Agostinho Silva (2014) tomando como referência a obra de A. Marques (2013), evidencia que no mês de Setembro de 1975, Cuba avançou com um plano próprio, enviando 500 concheiros, numa nova missão delineada por Cuba, pois a URSS ainda não se queria envolver nesse conflito. O envio dos primeiros 300 elementos aconteceu via marítima, a bordo de três navios pois, Cuba havia já preparado antecipadamente com o MPLA, a garantia de fornecimento militar via marítima, que se tornava possível com a conquista de portos como o de Benguela. Este desembarque de equipamento e de concheiros, estava também coordenado com os dirigentes do MPLA pois, assim que desembarcaram, seriam encaminhados para o Centro de Instrução Revolucionário do MPLA, ficando os 300 elementos em alerta para uma intervenção sem hesitações, caso fosse necessário juntarem-se ao MPLA nos seus combates.

Mais tarde, no mês de Outubro, a URSS decide finalmente fornecer apoio à ofensiva cubana e no mês seguinte, lança a Operação Carlota. Esta operação almejava assegurar o controlo e a segurança do aeroporto de Luanda, como infraestrutura primordial para o futuro das suas ações, pois estabeleceria uma ponte aérea para o envio de tropas cubanas, através das ilhas Baleares, Guiné-Bissau e da República Popular do Congo. S. Silva (2012:83) conclui que toda esta articulação em Angola por parte de Cuba era resultado da contínua troca de informação entre dirigentes soviéticos e cubanos. Cuba, apesar de uma firme ambição interna aliada à busca de protagonismo, tinha a capacidade delineadora da estratégia de intervenção em Angola, limitada pelo Governo de Moscovo.

3.6 A Proclamação da Independência e suas Consequências

John Stockwell (1979:183) demonstra que as armas soviéticas e o apoio cubano, acabaram por se superiorizarem-se aos americanos e os seus aliados sul-africanos. O resultado dessa superioridade, foi o hastear da nova bandeira de Angola em Luanda, em 11 de Novembro de 1975. Mesmo com o apoio do Zaire e da África do Sul, com todas as suas operações, como a Operação IA Feature e Savannah, os únicos resultados que os EUA conseguiram, foi levar a URSS

e Cuba, a intensificar a sua intervenção em Angola e consolidarem Luanda nas mãos do MPLA. Este autor refere ainda que após a declaração de independência do MPLA em Luanda, a FNLA e a UNITA declararam uma república democrática popular fictícia com sede em Huambo, que acabou por ter curta duração, pela falta de reconhecimento exterior e pela incapacidade bélica da sua manutenção nos confrontos com as forças do MPLA e dos expedicionários cubanos.

Robert D. Johnson (2003:215 apud James Augusto P. Tiburcio 2009:94) acerca da reação americana à declaração de independência afirma:

Os sul-africanos rapidamente se retiraram de das proximidades de Luanda após a declaração de independência. A posição da África do Sul foi enfraquecida pelo ativismo do legislativo americano. Liberais do partido democrata do Senado acumulavam há tempos demandas de maior participação do Congresso na política externa americana. Eles acreditavam que o poder executivo a partir de Kennedy, Johnson e Nixon subordinara os ideais americanos de apoio à democracia, direitos humanos e autodeterminação à lógica do anticomunismo da Guerra Fria. (...) Assim, neste contexto, em 1975 o Senado americano procurava ativamente ocasião para examinar e se possível impugnar decisões do poder executivo na esfera da política externa, especialmente aquelas executadas pela CIA.

O resultado deste crescimento dos democratas no Senado foi a aprovação de uma emenda, de autoria do senador democrata do Estado da Califórnia, John Tunney, que proibia a continuação do auxílio financeiro e militar do Governo americano a grupos de rebeldes pois, este já havia cedido mais 25 milhões de dólares à UNITA. Assim, enquanto a guerra de palavras continuava em Washington, o MPLA conseguiu conquistar o Huambo à UNITA em Fevereiro de 1976, obrigando estes a refugiarem-se perto da fronteira com a Namíbia, na zona de Jamba.

James Augusto P. Tiburcio (2009:94) descreve que a diminuição da ameaça representada pela FNLA e da UNITA, o MPLA pode concentrar-se na consolidação do regime. Esta consolidação, coincidia com a posição da URSS de intervir de forma mais acrescida neste conflito, o que levou a que o Governo de Angola, Cuba e a União Soviética a decidirem conjuntamente o futuro desta parceria e o futuro de Angola. O MPLA para além deste apoio soviético, em 1976 formou a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, a Sonangol, que iniciou com outras empresas a exploração petrolífera no enclave de Cabinda, o que garantia um suporte económico e uma cada vez maior independência económica para o MPLA.

Agrippah Mugomba (1978:261) no que concerne ao reconhecimento internacional do Governo do MPLA alude que, a 11 de Fevereiro de 1976, a OUA reconheceu o MPLA como legítimo governo de Angola, aceitando-o como o 47º membro da organização. Nesse mesmo ano, após um veto por parte dos EUA, a Assembleia Geral das Nações Unidas, admitiu Angola como membro 146, em 1 de Dezembro de 1976. Esta legitimação, tornou-se um golpe na política americana e para a UNITA e uma recompensa para Moscovo e Cuba.

3.7 Continuação do Conflito *Proxy*

No período entre Dezembro de 1975 e Junho de 1976, o Governo do MPLA dispunha de todas as condicionantes para afirmar e confirmar a sua posição, devido sobretudo ao auxílio que recebeu da URSS e de Cuba como vimos atrás. Marco Vinicius (1977:79 apud James Augusto P. Tiburcio 2009:100) indica que neste período:

Por falta de apoio e sem perspectiva de auxílio direto dos Estados Unidos, a África do Sul começou a retirar as suas tropas de Angola ao final de Janeiro de 1976. Em Fevereiro, Huambo, Benguela, M'banza-Congo e Soyo haviam sido conquistadas pelo novo governo. Exceto pela invasão sul-africana de outubro de 1975 a março de 1976, não houve nenhuma outra intromissão externa de magnitude semelhante até ao final da guerra em 2002. Embora a mesma África do Sul tenha invadido novamente em diversas ocasiões, mesmo a batalha de Cuito Cuanavale esteve longe de ameaçar o regime de Luanda(...) Jonas Savimbi se tornou um desafio à "ditadura comunista" nas mãos e corações da direita estadunidense a partir do momento em que a FNLA renunciou a luta armada e caiu na irrelevância política e militar após o desastre da batalha de Quifangono e primeira retirada dos sul-africanos.

No seguimento, este autor relata que a ação da África do Sul passou a desempenhar um apoio aberto à subversão, pois as suas tentativas de estabelecer uma nova república no sul de Angola, tentando separar as províncias de Cuando-Cubango e Cunene, haviam sido arrasadas pelas forças do governo auxiliadas por cubanos e soviéticos. Simultaneamente, assistiu-se ao lento suprimento de apoio de armas e recursos financeiros à UNITA, que era vista pela imprensa não americana, como um movimento mercenário e vendido aos interesses capitalistas. Do outro lado, o MPLA via-se fortalecido através da assinatura de um tratado de amizade e cooperação com a URSS, em Outubro de 1976, no qual a URSS comprometia-se a fornecer treinamento militar e manter 500 concelheiros militares em Angola.

James Augusto P. Tiburcio (2009:101) afirma que, apesar deste desequilíbrio entre os movimentos em Angola, entre MPLA e UNITA, em Dezembro de 1976, o presidente americano Ford, solicitou no congresso americano, recursos extra para as ações da CIA em Angola. Porém, a votação iria recusar essa atribuição de fundos, com 323 votos contra e apenas 99 a favor. No ano seguinte, com James Earl Carter à frente dos EUA, acabou por proibir a troca de informações entre a CIA e os serviços de informação da África do Sul, ordem que no entanto foi ignorada pelos órgão de direção da CIA, continuando esta agência a continuar com atividades clandestinas programadas para influenciar governos estrangeiros.

Os anos de 1978 e 1979 iriam ser de grande importância na história do conflito angolano. Em 1978, o líder do MPLA, Agostinho Neto, encontrava-se numa luta contra o cancro, após levar a cabo uma governação com mão de ferro, depois da independência. Acabando por falecer aos 57 anos, em 10 de Setembro de 1979, num hospital em Moscovo, como relata Américo C. Botelho (2008).

James Augusto P. Tiburcio (2009:106) acerca da morte e da sucção a Agostinho Neto faz referência que:

A presidência do herói máximo da independência de Angola foi marcada pela devastação da guerra, sérias dificuldades económicas e principalmente pelas disputas internas de seu partido. O então presidente de Angola seguiu para Moscovo apenas quatro dias antes de sua morte e não havia indicado um sucessor publicamente. Na época, as especulações giravam em torno de quatro dirigentes do partido: José Eduardo dos Santos, ministro do planeamento, Lúcia Lara, membro histórico e presidente em exercício do MPLA, Iko Carreira, ministro da defesa e Lopo do Nascimento, ex-primeiro ministro, destituído por Neto no ano anterior.

Este autor salienta logo de seguida que a morte de Agostinho Neto, acabou por marcar o início do fim do período de guerra substituta em Angola e simultaneamente, a URSS começava a evidenciar sinais de exaustão.

Sobre este sinal da União Soviética de exaustão e o consequente final da guerra substituta em Angola, Sebastião, André K. M. (2015:80) explana que no final da década de 80 *“Com o presidente Gorbachev, a URSS começou a pôr fim ao dispendioso envolvimento em guerras civis no Terceiro Mundo. Ainda a África do Sul, em finais dessa década, estava interessada em afastar-se do conflito armado angolano”*.

James Augusto P. Tiburcio (2009:110/111) alerta que os últimos anos da década de 1970 e os anos da década de 1980 até Fevereiro de 1988, até à batalha de Cuito Cuanavale, considerado o marco do fim da influência americana e soviética no conflito angolano, ou seja, o marco do fim da guerra substituta em Angola, a África do Sul desenvolveu várias operações por toda a Angola, num total de 28 operações de 1978 até 1989.

3.8 O Fim da *Proxy* Angolana

James Augusto P. Tiburcio (2009:110/114) fazendo referência aos trabalhos de Abiodun Alao (s.d) e James Michael Roherty (1992) assinala que José Eduardo dos Santos e o MPLA, continuavam à procura duma solução militar para travar a UNITA no sul de Angola, sobretudo na conquista do quartel-general de Savimbi, que se localizava em Jamba, na província de Cuando Cubango, mas apesar das várias tentativas, o resultado foi sempre infrutífero. Assim, numa tentativa de acelerar a conclusão do conflito, o General Ochoa, deslocou parte da sua tropa para Cuito Cuanavale e Menongue, enquanto o General Leopoldo, foi nomeado comandante geral da operação que reuniu cerca de 1500 militares cubanos e mais de 10.000 elementos das forças armadas de Angola. Um outro objetivo desta encetada, era a base logística principal da UNITA, localizada em Mavinga, com o intuito de gerar um novo impulso no conflito e tentar acabá-lo nos anos seguintes.

Este autor descreve em seguida, que toda esta movimentação bélica no porto de Luanda acima do normal, não passou despercebida à África do Sul. Os objetivos sul-africanos e da UNITA, naquela altura do conflito, circunscreviam-se àquela situação. Nesse período, nomeadamente em Agosto de 1987, os objetivos eram impedir e inverter o progresso das tropas

inimigas, infringir o maior número de baixas possíveis e, por último, tentar forçar as forças comunistas a retroceder a oeste do Rio Cuito.

James Augusto P. Tiburcio (2009:110/115) realizando um resumo da batalha do Cuito Cuanavale, que decorreu entre Outubro de 1987 e março de 1988, afirma que de facto foi um marco que acelerou o fim do envolvimento cubano e sul-africano. Nesta batalha, as forças do MPLA, foram capazes de suportar e travar, todas as investidas da UNITA e da SADF, de tomar as suas posições, com elevadíssimas baixas para estes dois. Do final desta confrontação, as duas partes intervenientes, Moscovo/Havana e EUA/África do Sul, concluíram que havia chegado o momento de se afastarem do conflito angolano, pois os seus envolvimento já não faziam sentido. Contudo, este autor faz referencia que apesar a guerra em Angola já não figura-se na agenda das ligações atrás indicadas, os senhores internos de Angola, apoderaram-se eles próprios da dinâmica deste conflito. Um conflito que fora exacerbado por disputas ideológicas por dois atores mundiais passou por metamorfoses intrínsecas e transformou “o rebelde em ladrão e o governo em saqueador”.

Benjamim Miller (2007:87) faz uma análise, sobre o conflito angolano no geral e conclui que:

Embora o molde do conflito angolano de 1975 a 1992 aparentemente preenchesse os requisitos de um conflito substituto, duas questões o separam. A Assimetria no equilíbrio de capacidades a favor das grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, foram insuficientes para levar os movimentos tanto a iniciar quanto a parar a guerra. Isto demonstra que o interesse americano-sul-africano, soviético-cubano, não era bastante em si mesmo para induzir os movimentos a guerrear ou aceitarem um cessar-fogo indefinidamente sem base nos seus reais interesses. Portanto, a pressão substituta não possuía força de persuasão de escala e grau para se contrapor aos interesses, compromissos, custos e riscos envolvidos em uma decisão de implicações tão profundas quanto a de aceitar os termos de paz.

Para Benjamim Miller, quando o balanço de poder começou a colapsar, os EUA e a URSS perceberam que era do seu interesse, o final do conflito. Todavia, quando chegaram a essa conclusão, simultaneamente perceberam que os condicionalismos que interpuseram no conflito, já não eram controlados por eles. O encorajamento e o apoio fornecido aos movimentos nacionalistas haviam dotado os mesmos de uma capacidade bélica e operacional. Benjamim Miller conclui, afirmando que o período de 1975 a 1992, não consistiu apenas numa guerra substituta causada por motivações da Guerra Fria. A Guerra foi iniciada, desenvolvida e concluída, sobretudo pelas características, objetivos e temores dos atores diretos do conflito.

3.9 O Acordo entre os MPLA e UNITA

Jorge Alicerces Valentim (2010:41) afirma que Angola desde meados de 1975 até Dezembro de 1989 serviu de palco para violentos confrontos da Guerra Fria, mas também palco

da invasão racista da África do Sul. Muitos foram as tentativas de colocar um ponto final neste conflito armado, sendo que a primeira tentativa efetiva, foi a Conferência de Gbadolite, em 22 de Junho de 1989, que decorreu no Zaire. Esta conferência, contou com 18 chefes de estados africanos, tendo como objetivo tornar-se uma cimeira que buscava a paz em Angola, que contou com a importante presença de Jonas Savimbi, líder da UNITA. Destaca-se desta Cimeira a imposição de um cessar-fogo, que entraria em 24 de Junho de 1989.

André K. M. Sebastião (2015:82) sobre esta Cimeira descreve que:

Resumidamente consideram-se resultados positivos da Conferência de Gbadolite como sendo que a mesma permitiu o primeiro encontro entre o presidente do MPLA e do Governo da República Popular de Angola (GRPA) com o líder da UNITA, após a ruptura deste último com o presidente Agostinho Neto em 1975; abriu igualmente o processo das negociações entre o GRPA e a UNITA; permitiu criar uma imagem positiva do Presidente José Eduardo dos Santos nos EUA, na Europa e na África como uma personalidade de diálogo e reconciliação nacional; e por fim, criou igualmente uma boa imagem ao Dr. Savimbi, transmitindo a ideia de que o problema de Angola passa num diálogo directo entre as duas partes. Contudo, as negociações não progrediram por falta de uma agenda concordante, isto é, a UNITA queria discutir assuntos políticos e o Governo angolano insistia sobre o cessar-fogo.

Este autor salienta porém, que tanto a UNITA como o MPLA acabaram por violar o cessar-fogo acordado, não escrito nem assinado, levando a que o conflito tomasse grandes proporções, o que levou o Governo americano a envolver-se diretamente, na tentativa de encontrar uma via de diálogo, para negociar a paz em Angola. Para tal, o subsecretário adjunto para os assuntos africanos, Warren Clark, deslocou-se a Luanda a 2 de Novembro de 1989, visita que acabou por se caracterizar, como um prelúdio da transferência das negociações para o Governo português.

Comeford, Michael G. Comeford (2005) relata que no final de 1989, os conflitos eram de tal ordem graves, que só com uma ampla visão e uma grande coragem política, por parte das duas partes envolvidas no conflito, permitiria uma alteração. É aqui, que Portugal interfere e inicia conversações com a UNITA e o MPLA, conseguindo uma mudança de política em ambas as fações. Savimbi, acaba por viajar até Portugal, no início de Fevereiro de 1990, onde visava antever as possíveis circunstâncias de negociações de paz para Angola. Já José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, deixara claro na sua mensagem de final de ano, uma abertura ao diálogo e à realização de eleições em Angola.

Este mesmo autor indica que nesta sequência, Portugal promoveu a 24 e 25 de Abril de 1990, os primeiros contatos diretos entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA. Para incutir uma maior credibilidade a esta tentativa, todos os países envolvidos diplomaticamente na solução do conflito angolano, enviaram emissários para Lisboa, como forma de encorajar esta negociação de Paz.

Jorge Alicerces Valentim (2010:212 apud André K. M. Sebastião 2015:84) relata que:

Tinha chegado a hora de calar as armas nas fileiras das FALA e a ordem do cessar-fogo foi dada a partir de Bruxelas”, capital da Bélgica, no dia 14 de Maio de 1991, pelo alto comandante das FALA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Assim “os militares da

UNITA acataram as ordens dadas e em todo espaço nacional as armas calaram-se e muito rapidamente”, os estados-maiores gerais das FAPLA e das FALA encontraram-se para a desmobilização das forças no Luena. Por outro lado, e face a tal situação, serviu de encorajamento à saída dos últimos contingentes cubanos de maneira muito antecipada. Contudo, estava tudo calmo e os angolanos predispostos a cumprirem os Acordos de Bicesse.

Em seguida, descreve que finalmente a 31 de Maio de 1991, o Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos e o presidente da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, assinariam um acordo de paz, no Palácio das Necessidades em Portugal. Neste evento, estiveram também presentes o Primeiro-Ministro Português, Cavaco Silva, o Secretário de Estado Americano, James Baker, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, o Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar e ainda o Cardeal D. Alexandre do Nascimento.

Assim, na sequência do Acordo de Bicesse, fazia também parte da estratégia, uma visita a Jamba, da Comissão Conjunta Político-militar, bem como individualidades do Governo de Angola, que acabou por ocorrer em Julho de 1991 e criou-se uma linha telefónica interrupta entre o Presidente da República, José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, como meio de comunicação, que visava facilitar a comunicação entre estes, para evitar qualquer conflito.

Tendo como linha de pensamento a realização de eleições em 1992, promoveu-se ainda vários encontros entre o Presidente da República de Angola e o Presidente da UNITA, com o objetivo de efetivar uma aproximação entre os dois. Salienta-se ainda a formação do Comando Superior das Forças Armadas Angolanas, que integravam as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) e as Forças Armadas populares de Libertação de Angola (FAPLA), que era a concretização do sentimento do povo angolano, em 1991 e que era um elemento chave para o sucesso do Acordo de Bicesse.

Este autor acrescenta ainda que *“(...) os Acordos de Bicesse trouxeram um cessar-fogo, o aquartelamento das tropas da UNITA, a formação de uma nova Forças Armadas, a desmobilização da tropa não requerida, a restauração da administração do Estado em áreas controladas pela UNITA e as eleições multipartidárias e presidenciais”*.

Eleonora Abad Stefenson (2009:49/50) demonstra que tipo de campanha realizaram a UNITA e o MPLA:

A campanha realizada pela UNITA será fortemente amparada por um discurso étnico-racial, com o intuito de legitimar-se como representante do maior grupo étnico de Angola, Ovimbundo. Para tanto, a sua principal liderança, Jonas Savimbi, reivindicará uma legitimidade “africana” através de elementos como a língua e vestimentas, buscando a partir destes signos distanciar-se de uma suposta “ocidentalização” que atribuía ao principal partido rival. A estratégia supracitada, somam-se críticas ao governo, onde a presença de brancos e mestiços entre seus principais quadros será evidenciado como um fator que desqualificaria o MPLA como um partido verdadeiramente africano (...) No que concerne a campanha promovida pelo MPLA, observa-se um distanciamento do discurso étnico, apresentando-se como uma organização político-partidária capaz de atuar em um cenário democrático, condizente com as transformações que se processavam tanto internamente, quanto externamente. Destacamos ainda a aproximação do MPLA junto a importantes instituições como a Igreja Católica, afastando-se do ateísmo característico da doutrina marxista-leninista, atingindo dessa forma uma considerável parcela da sociedade angolana.

As eleições que se realizaram em 1992, onde concorreram 18 partidos, acabaram por conseguir eleger 12 deputados para a Assembleia Nacional. Para este processo eleitoral foram registadas, de Maio a Agosto de 1992, 4.828.626 pessoas, tendo comparecido 4,1 milhões para as legislativas e 4,3 milhões para as presidenciais. Estas primeiras eleições angolanas, contaram com mais de 400 observadores internacionais, que acompanharam todo processo eleitoral.

Finalmente em 17 de Outubro foi divulgado o resultado das eleições pelo Conselho Nacional de Eleições, que anunciou a necessidade de uma segunda volta das presidenciais. José Eduardo dos Santos, líder do MPLA, obteve 49% dos resultados, e Jonas Savimbi, líder da UNITA, alcançou 41%. Nas legislativas, coube ao MPLA 70 lugares na Assembleia Nacional, à UNITA 44, e três assentos à FNLA, terceiro partido histórico angolano, e ainda ao PRS e ao PLD, tendo os restantes conseguido um assento cada. O resultado das eleições gerais, aceite no início pela UNITA, foi depois rejeitado por alegada "fraude eleitoral", e o país mergulhou numa nova guerra, que só acabou em Fevereiro de 2002, com a morte em combate de Jonas Savimbi¹⁰.

¹⁰ Informação retirada de: <http://kuribeka.com.sapo.pt/eleicoes1.htm>, em 22 de Março de 2015.

Conclusão

A história das relações internacionais após o final da II Guerra Mundial ficaria marcada por uma dinâmica de balança de poder na ordem internacional. Numa conceção centrada no Estado, onde o antagonismo entre os Estados vislumbrava-se como inevitável e necessário, seguindo os seus estritos interesses, a política externa que se afigurava como exequível era a expansionista. É neste modelo "hobbesiano" da comunidade internacional que emerge uma nova ordem internacional, dividido em dois blocos: o ocidente liderado pelos EUA e o de Leste liderado pela URSS, que se envolveram numa Guerra Fria e deram origem a um mundo bipolarizado, conforme S. P. Huntington (1996) e J.E. Stiglitz (2004).

Este período abriria também espaço a um novo tipo de conflitualidade indireta - as *Proxy Wars* - conhecidas também por Guerras Substitutas. Esta investigação procurou esclarecer de que forma a período final de tentativa de emancipação do domínio português no final dos anos sessenta e guerra civil até 1991 representaram uma *Proxy War* entre os EUA e a URSS, segundo uma abordagem sistémica da doutrina neo-realista.

Concluimos que, os conflitos decorrentes em Angola no período entre 1961 e 1992, foram visivelmente instrumentalizados pelas duas potências desse período, que não participando de forma direta no conflito, acabaram por *alimentá-lo*. Verificou-se que nos conflitos angolanos existiu a representação dos interesses das duas potências e utilizaram quer a UNITA/FNLA, quer o MPLA como substitutos na condução material do conflito. Ao contrário de Eric Hobsbawm (1995), nós verificámos, pelo estudo de caso em análise, que a Guerra Fria não poderá ser considerada uma Guerra de "não" conflitos. Na verdade, se por um lado em 43 anos de Guerra Fria, nunca existiu um confronto direto entre os EUA e URSS, existiram elevados *graus de conflitualidade* e confrontos armados, nomeadamente em Angola, apoiados e suportados pelas potências antagónicas. Consideramos, porém, que a imagem utilizada pelo autor de "Guerra quente" ilustra verdadeiramente o quão conflitual foi este período, não obstante sofrendo uma deslocalização dos teatros de operações para territórios exógenos aos Estados em clima de "Paz fria". Por isso A Guerra Quente materializou-se nos conflitos indiretos e nas *Proxy Wars*, e a Paz Fria entre a URSS e os EUA.

Perante esta nova taxonomia inaugurada pela Guerra Fria, verificámos a aparente associação deste tipo de Guerra, à teoria Realista, mais especificamente ao realismo estrutural. Face a esta impossibilidade de conflito direto, as potências acabaram por participar em Guerras Regionais, através das Guerras de Procuração ou Guerras Substitutas, onde apoiando as "fações" em luta, tentavam alargar para estes territórios a sua esfera de influência, operando como *agentes hábeis* dentro da estrutura internacional.

Tal como Bowling (1991), também nós consideramos a Guerra de Procuração, a única materialização do conflito entre as partes. O conflito em Angola é, visivelmente, um desses exemplos.

Estas Guerras de Procuração foram criadas durante a Guerra Fria e definem-se como Guerras em que dois países ou ideologias, utilizam outros conflitos para promoverem os seus interesses e objetivos, através, por exemplo, do fornecimento de armas às "fações" beligerantes, evitando assim o seu confronto direto, neste caso evitando uma Guerra Nuclear entre as superpotências da Guerra fria

Como relata *Cláudio, C. (2011)*, apesar da conquista da sua independência em 1975, Angola estava longe de atingir a estabilidade política e social que qualquer país ambiciona. As décadas que se seguiram à sua independência, foram marcados por um conflito armado entre vários movimentos independentistas, cada um reivindicando a legitimidade de assumir o poder em Angola. Por um lado o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) apoiado pela URSS e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) apoiada pelos EUA, iniciaram de imediato entre si uma luta armada pelo poder, levando a um conflito armado que só terminaria em 2002.

Após esta pesquisa e reflexão teórica, adquirimos os conhecimentos necessários para responder às perguntas de partida formuladas na introdução. Confirmando, que a Guerra Civil Angolana e a própria luta pela sua independência, foram conflitos *Proxy*, subjugados aos interesses dos blocos EUA e URSS, onde cada um forneceu o seu movimento nacionalista, através de financiamento e meios materiais e humanos bélicos, auxiliando-os na luta pela conquista do poder em Angola.

Quanto à segunda questão, foi demonstrado que tanto os EUA como a URSS, iniciaram o seu apoio aos movimentos nacionalistas, aquando ainda da sua luta pela independência, sobretudo através de um apoio ideológico, colocando pressão nos outros agentes envolvidos nesta luta, tais como Portugal e a ONU. A partir da confrontação entre os movimentos nacionalistas dentro do território angolano, assistiu-se ao início de um apoio monetário e sobretudo militar, visando o incremento de poder bélico dos movimentos, na tentativa de produzir traduzir uma vantagem no campo de batalha.

Por último, somos forçados a admitir que a Guerra Fria não foi um dos fatores gerador do conflito angolano, pois como pudemos verificar, tanto o interesse americano, como o soviético não eram suficientes, em si mesmo, para induzir os movimentos a guerrear ou aceitarem um cessar-fogo indefinidamente. Tal negação, é verificável quando os blocos tentaram colocar um ponto final no conflito, aperceberam-se que os condicionalismos que interpuseram no conflito, não eram controlados por eles, concluindo-se que a Guerra foi iniciada, desenvolvida e concluída pelos objetivos e temores dos atores diretos deste conflito, os próprios angolanos.

Bibliografia

- Afonso, R. M. J. (2006) - A Polaridade no Sistema Internacional: Pós-Guerra Fria..
- Alao, Abiodun (s.d) - Brothers at War: Dissidence and Rebellion in Southern Africa. Londres: British academic Press.
- Almeida, Fernando R. F. (2006) - O pensamento realista de Hans Morgenthau.
- Amorim, F. (2010). O mito do Pan-Africanismo. In *JANUS*.(pp. 104-105)Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Andrade, Mario Pinto (1977) - Entrevista dada a Michel Laban, Lisboa, Edições Joao Sa da Costa.
- Andrew, Christopher (1995) - For the President's Eyes Only: Secret Intelligence and the American Presidency From Washington to Bush. New York: Harper Collins Press.
- Appiah, Kwame A. (1997) - Na Casa de meu pai: *A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- Beckett, Ian Frederick W. (2001) - Modern Insurancies and Counter-Insurancies: Guerrillas and Their Opponents, since 1750. Routledge.
- Belo, António Gomes (2013) - Entre o Realismo Clássico e o Realismo Estrutural: A "Maldição" dos Recursos Naturais e a Corrupção na Nigéria na Abordagem da Teoria Realista das Relações Internacionais, in trabalho da unidade curricular de Debates Teóricos.
- Borstelmann, Thomas (1993) - Apartheid's Reluctant Uncle: The United States and Southern Africa in the Early Cold War, Oxford. Oxford University Press.
- Botelho, Américo C. (2008) - Holocausto em Angola: Memórias de entre o cárcere e o cemitério. Lisboa, Editora Veja.
- Campomori, Quintiliano (2007) - A Geografia Política Clássica de Ratzel e o realismo Clássico de Morgenthau.
- Capoco, Zeferino (2013) - O Nacionalismo e o Estado: Um Estudo sobre a História Política de Angola (1961-1991). Tese de Doutoramento na Universidade Católica Portuguesa.
- Carr, Edward Hallet (2001) - Vinte Anos de Crise - 1919-1939: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. 2. ed. Brasília.
- Cascudo, Fernando L. C. (1979) - Angola: A guerra dos traídos. Rio de Janeiro, Bloch Editores S A.
- Castro, Thales (2012) - Teoria das Relações Internacionais, Brasília.
- Centro de Estudos Angolanos (1965) - História de Angola. Porto: Afrontamento.
- Chimanda, Pedro F. (2010) - Do monopartidarismo à transição democrática em Angola. Tese de Mestrado em Filosofia Política, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

- Cimbala, Stephen J. (2004) - *Politics of Warfare: The Great Powers in the Twentieth Century*. University Park: Penn State Press.
- Comeford, Michael G. (2005) - *O Rosto Pacífico de Angola: Biografia de um Processo de Paz (1991-2002)*. Luanda.
- Conceição, José M. (1999) - *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP.
- Correia, P. (1991). *Descolonização de Angola. A Jóia da coroa do império português*. Lisboa: Editorial inquérito.
- Correia, Pedro P. (1998) - *O Ciclo Africano do Império e o seu fim. O impacto da descolonização*, Colóquio Internacional de 5 a 8 de Novembro de 1997, Lisboa: Fim do século.
- Cravinho, J. (2002) *As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo - Visões do Mundo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Dagios, Magnus (2011) - *As insuficiências do Neorrealismo nas relações internacionais*. Semana Académica do PPG em Filosofia da PUCRS, VII Edição.
- Duarte, G. Rosas (2011) - "Realismo Clássico versus Realismo Estrutural: natureza humana ou estrutura do sistema?" in *Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH*.
- Feijó, Brunna Bozzi (2011) - *Independência ou Revolução : Uma Análise do processo de Independência de Angola a partir da sua Transformação de Guerra Anticolonial a Microcosmo da Guerra Fria (1961-1975)*. Porto Alegre.
- Fernando, E. (2012). *Jonas Savimbi - No lado errado da História*. Alfragide: Dom Quixote.
- Filomena, César L. (2008) - *O Antagonismo ao Extremo: Luta pela libertação colonial e guerra civil em Angola*, porto Alegre.
- Fonseca, Gelson Jr. (1995) - *O Sistema Internacional Durante a Guerra Fria*, in *Revista USP*, São Paulo (26): 128-137, Junho/Agosto 1995
- Francis, David J. (2006) - *Uniting Africa: Building Regional Peace and Security Systems*. Hants: Ashgate Publishing, Ltd.
- Francisco, Alberto A. C. (2013) - *A Política Externa de Angola Durante a Guerra Fria (1975-1992)*. Programa de Pós-Graduação em relações Internacionais, Universidade de Brasília.
- Freitas, A. (1975) - *Angola: o longo caminho da liberdade*. Lisboa: Moraes Editores.
- Garcia, P. (2003). *Análise Global de uma guerra - Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Garcia, P. (2010). *Da guerra e da Estratégia. A nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio
- George, Edward (2005) - *A Intervenção Cubana em Angola, 1965-1991 : A Partir de Che Guevara para Cuíto Cuanavale*. Nova Iorque : Frank Cass.

- Gibbs, David (1991) - The Political Economy of Third World Intervention: Mines, Money and U.S. policy in the Congo Crisis. Chicago: University of Chicago Press.
- Gleijeses, P. (2002) - Confliting Missions: Havana Washington and Africa. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Gonçalves, Williams (s.d) - Relações Internacionais, disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf, acessado em 29 de Janeiro de 2014.
- Halliday, F. (1994) - A Guerra Fria e o seu fim: Consequências para a Teoria das Relações Internacionais.
- Halliday, F. (1994) - A Guerra Fria e o seu fim: Consequências para a Teoria das Relações Internacionais.
- Hamman, Hilton (2001) - days of the Generals: The Untold Story of South Africa's Apartheid - Era Military Generals. Pretoria: Zebra.
- Haslam, Jonathan (2006) - A Necessidade é a Maior Virtude: o pensamento realista nas Relações Internacionais.
- Hein, L. Lothar (2008) - Guerra Fria: conceitos e problemas, núcleo de estudos contemporâneos.
- Hernandez, Leila L (2005) - .O Pan Africanismo In: *A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea*. Selo Negro Edições. São Paulo.
- Hobbes, Thomas (2004) - Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Civil Eclesiástico e Civil: São Paulo: Martin Claret.
- Hobsbawm, Eric (1995) - Era dos Extremos, o breve século XX: 1914-1991, São Paulo, Companhia das Letras.
- Horta, Luiz Fernando (s.d) - Artigo sobre o Mecanismo Explicativo e a Eclipse da Vontade: O Conceito de Bipolaridade, Edição n.º3, volume 1.
- Huntington, S. P. (1996). The clash of civilization and the remaking of world order. New York: Simon & Schuster.
- IAN/TT. (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo) (1961) - UPA. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126/59, documento 366, pasta 1.
- James, P. T. (2009) - Paz e Guerra em Angola: um estudo exploratório.
- Jervis, Robert (1999) - Realism, Neoliberalism and Cooperation: Understanding the debate in International Security, vol. 24, nº1, The MIT Press.
- Joseph S. Nye jr. (2002) Compreender os Conflitos Internacionais - Uma introdução à Teoria e à História, Lisboa. Edição Grávida.
- Júnior, Afonso Rodrigues Mariano (2006) - A Polaridade no Sistema Internacional Pós-Guerra Fria, Belo Horizonte.
- Kaupi, Mark V. and Viotti, Paul R. (1998) - International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond.
- Kissinger, Henry (1996) - Diplomacia. Lisboa, Edição Grávida.

- Laidi, Zaki (1990) - *The Superpowers and Africa: The constraints of a Rivality*, Chicago. University of Chicago Press.
- Lara, L. (1997). *Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara. Um Amplo Movimento*. Vol. II. Luanda: Edição Lúcio e Ruth Lara.
- Lara, L. (2008). *Um Amplo Movimento*. Vol. III. Luanda: Edição Lúcio Lara.
- Maquiavel, Nicolau (s.d) - O Príncipe.
- Marcum, J. (1978). *The Angolan Revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology.
- Martins, M. (1986). *A Descolonização Portuguesa (as responsabilidades)*. Braga: Livraria Cruz.
- Matumona, Muanamosi (2004) - *A Reconstrução de África na Era da Modernidade - Ensaio de uma Epistemologia e Pedagogia da Filosofia Africana*, Uíge, (Angola), Edição do SEDIPu.
- Mbah, J. (2010). *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*. Luanda: Mayamba editora.
- A. Marques (2013) - *Segredos da descolonização de Angola*. Alfragide: Edição Dom Quixote.
- Mearsheimer, John (2001) - *The Tragedy of Great Power politics*.
- Miller, Benjamim (2007) - *State, Nations and the Great Power: The Sources of Regional War and Peace*. Cambridge University Press.
- More, Rodrigo Fernandes (s.d) - Artigo sobre: A Guerra Fria: 1947 - 1987.
- Moreira, A. (1995). *Ciência Política*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Morgenthau, Hans (2003) - *A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz*, Brasília - UNB.
- Mugomba, Agrippah (1978) - *Regional Organisations and African Underdevelopment: the Collapse of the East African Community: The journal of modern african studies*, volume 12.
- Nogueira, F. (1961). *As Nações Unidas e Portugal*. Lisboa: Editora Ática.
- Nogueira, João e Messari, Nizar (2005) - *Teoria das relações Internacionais*, 7ª Edição.
- O'Brien, Michael (2006) - *Jonh F. Kennedy*. Nova York: St. Martin's Press.
- Pecequilo, Cristina S. (2004) - *Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões*.
- Pélissier, R. (1978). *La Colónie du Minotaure: Nationalismes et Revoltes en Angola (1845-1941)*. Paris: Orgeval.
- Pereira, A. e Quadros, F. (1993). *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra: 3ª. Ed.,
- Pereira, Antônio Celso Alves (1984) - *Os Impérios Nucleares e seus Reféns: Relações Internacionais Contemporâneas*. Editora: Edições Graal.

- Pimenta, Fernando Tavares (2006) - *Angola no Percurso de Um Nacionalista*, Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, António (2001) - *O Fim do Império Português : A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa : Editora Livros Horizonte.
- Pinto, João Nuno da Silva (2008) - *A Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em Angola*. Rio de Janeiro : Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado.
- Pistone, Sérgio (1981) - "Relações Internacionais".
- Powaski, Ronald (1998) - *The Cold War: The United States and the Soviet Union*, Nova York: Oxford University Press.
- Reis, F. (2010). *Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996) A configuração do campo político angolano. Contributo para o estudo das relações raciais em Angola*. Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto Universitário de Lisboa.
- Resende, G. (1973). *Crónica de D. João II e miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás - UEG (2011) - *Guerra Civil e o Desenvolvimento Económico em Angola*.
- Rocha, E. (2009). *Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (Período de 1950-1964)*. Lisboa: Dinalivro.
- Rodrigo, F. M. (2007) - *A Guerra Fria: 1945- 1987*
- Roherty, James Michael (1992) - *State Security in South Africa: Civil-military Relations under P. W. Botha*. Armonk: M. E. Sharpe.
- Sá, T. (2011). *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*. Alfragide: Dom Quixote.
- Santos, Andressa M. (2012) - *O Realismo na Teoria das Relações Internacionais*.
- Santos, Eduardo dos. (1968) - *Panafricanismo de ontem e de hoje*, edição do autor, Lisboa.
- Santos, J. (1968) - *Os Congressos Pan-Africanos e as Conferências Pan-Africanas dos Povos*. In *Ultramar*. Lisboa: N.º 33, 3º. Trimestre, Ano IX, Vol. IX N.º 1.
- Santos, Victor Marques dos (2014) - *Artigo sobre Neorrealismo* - Enciclopédia das Relações Internacionais, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Sarfati, Gilberto (2005) - *Teorias de Relações Internacionais*.
- Savimbi, J. (1979). *Angola, a resistência em busca de uma Nação*. Lisboa: Edições APR.
- Sebastião, André K. M. (2015) - *O Processo de Paz em Angola: A Dimensão Internacional do Conflito de Gdabolite à Luena*. Tese de Mestrado em relações Internacionais e estudos Europeus, Universidade de Évora.
- Sérgio, P. (1981) - *Relações Internacionais*.
- Shultz, Richard (1998) - *The Soviet Union and Revolutionary Warfare*, Standford. University of Chicago Press.

- Silva, Agostinho (2014) - Angola: Dinâmicas Internas e Externas na Luta de Libertação, Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias.
- Silva, S. (2012) - A Intervenção cubana em Angola revisitada. Publicado na revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais nº12. Lisboa.
- Stefenson, Eleonora Abad (2009) - Organizações Políticas e Eleições em Angola: Da Guerra Colonial às disputas eleitorais. Niterói.
- Stiglitz, J. E. (2004). Globalização a grande desilusão (3ª ed.). Lisboa: Terramar.
- Stockwell, John (1979) - In Search of Enemies: A CIA Story. New York: W.W. Norton & Company edition.
- Telo, A. (1994). *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Ed. Cosmos.
- Tiburcio, James Augusto P. (2009) - Paz e Guerra: Um Estudo exploratório. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília.
- Tucídides (s.d) - História da Guerra do Peloponeso.
- Valentim, Jorge Alicerces (2010) - Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional: De Gbadolite a Bicesse (1989-1992). 1ª Edição. Luanda: Edições Mayamba.
- Vinicius, Marco (1977) - Jonas Savimbi: um desafio à ditadura comunista em Angola. Ann Harbor: Universidade de Michigan. Edição Armasilde.
- Waltz, Kenneth (2002) - Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Grávida publicações. Almeida, Érica R. (2007) - O Pan-Africanismo e a formação da OUA, visualizado em: <http://www.feth.ggf.br/%C3%81frica.htm> em 6 de Março de 2015.
- Westad, Odd A. (2005) - The Global Cold War. Third World Interventions and the Making of our times. Cambridge, Cambridge University Press.
- Wheeler, Douglas (1975) - “Angola”. African Studies Association. Volume 5, nº3. Outubro de 1975.
- Wheeler, Douglas e PÉLISSIER, René (2011) - História de Angola. 1ª Edição. Luanda : Editora Tinta-da-China.